



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS
ANO 2011

Ag
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

28 - Relatório de gestão



RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO ECONÓMICO DO ANO DE 2011

INTRODUÇÃO

O presente Relatório tem por objetivo dar cumprimento ao dever da Câmara Municipal de construir um documento através do qual possam ser mais corretamente analisados e interpretados todos os dados financeiros e económicos que constituem os Documentos de Prestação de Contas relativos à execução do ano económico de 2011.

Para esse efeito, são reproduzidos no presente Relatório alguns dos quadros e gráficos que melhor podem estabelecer o enquadramento dos resultados alcançados com as condicionantes ocorridas durante o ano de 2011, bem como a comparação entre os objetivos pretendidos e os resultados efetivamente atingidos.

Como sempre é referido neste documento, não pode também deixar de atender-se a natureza especial da Câmara Municipal, enquanto autarquia local, a qual determina o modo como a sua atividade é transposta para as demonstrações financeiras elaboradas, sobretudo as que derivam da aplicação da contabilidade patrimonial. Verifica-se também que, embora tendo já sido implementada a contabilidade de custos e tal como se previa, esta ocorreu ainda em modo experimental, pelo que os resultados obtidos não são suficientemente conclusivos nem tecnicamente validáveis como referência e fonte de informação para a aplicação de um efetivo controlo de gestão. Para além disso, é também sabido que o reconhecimento e valorização de ativos fixos, sejam imobilizações corpóreas ou incorpóreas, ou sobretudo os bens do domínio público, não evidenciam ainda de forma completamente rigorosa o património real do Município, uma vez que não foi concluída a valorização de todos os elementos do ativo.

Importa igualmente reforçar a circunstância de que, sendo a atividade financeira do Município substancialmente dependente da sua participação financeira no Orçamento de Estado e, numa expressão muito reduzida, das receitas próprias em impostos e taxas, e sendo o seu fim de natureza integralmente pública e sem carácter lucrativo, o resultado obtido, nas suas diversas expressões, não é interpretável com recursos aos mesmos parâmetros de análise aplicados à generalidade das organizações privadas e com propósitos lucrativos, nem as análises ao desempenho económico podem ser realizadas sob a mesma perspetiva.

As propostas de Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano de 2011 contiveram um conjunto de metas em que o Executivo em permanência se deveria empenhar, quer na continuidade do que havia sido realizado durante o ano de 2010, quer também na preparação e eventual concretização de novas propostas que, em função das condições que viessem a ser reunidas, pudessem vir a melhorar algumas das componentes do nosso desenvolvimento.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL CÂMARA MUNICIPAL

Desde logo, foi reforçada a predisposição do executivo em permanência para o estabelecimento de consensos no seio do Executivo Municipal, mas também a atitude inclusiva relativamente a todas as forças representadas nos órgãos municipais, o que permite uma participação sem quaisquer condicionamentos no seio do órgão deliberativo.

Houve uma preocupação continuada em dar resposta às situações que se foram deparando ao longo do ano, quer em relação àquelas para as quais já haviam sinais de ameaça, designadamente em relação às situações de desemprego e de carência social que iriam manifestar-se de forma mais acentuada, quer ainda em relação a outras ocorrências não esperadas, mas igualmente preocupantes para o executivo em permanência, como foi o caso mais exigente relacionado com a ameaça de encerramento da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Oliveira do Hospital.

Ao mesmo tempo, foram sempre sinalizadas as mais diversas necessidades e reivindicações das populações e das instituições representativas dos interesses e direitos dos cidadãos nas várias áreas de interesse comunitário, tendo-se procurado, na medida das capacidades de resposta direta por parte da Câmara Municipal ou de interação com entidades externas, dar a melhor sequência aos problemas e constrangimentos que nos foram colocados.

Do ponto de vista social, foram também desenvolvidas diversas ações no sentido de procurar enquadramento para os problemas mais comuns das camadas socialmente mais frágeis, seja ao nível do apoio direto a famílias, seja através da ação do Banco de Recursos Sociais, que tem tido um papel essencial na correção de um elevado conjunto de desequilíbrios e privações, seja ainda na articulação com outras entidades externas à autarquia, tendo em vista a implementação de soluções concertadas que possam efetivamente, corrigir as situações de maior debilidade.

Sempre presentes no planeamento e na ação do executivo estão também as preocupações com o acréscimo de desenvolvimento económico e social das nossas comunidades e do município em geral. Nessa medida, as intervenções nas áreas da dinamização empresarial, da educação, do aumento da qualidade de vida das pessoas, das acessibilidades e outras, marcaram também a ação desenvolvida durante o ano de 2011, tal como em relação ao relacionamento técnico e financeiro com as juntas de freguesia em que, mais uma vez, se marcou uma diferença substancial relativamente ao esforço da câmara municipal no apoio direto às ações e iniciativas das freguesias, praticando assim o propósito de delegação de competências que havia sido assumido e cumprindo de forma concreta o princípio da subsidiariedade que deve orientar as relações entre ambos os níveis da administração local.

No que respeita à capacidade de cumprimento de obrigações perante empreiteiros e fornecedores, a câmara municipal voltou a registar uma posição de relevo no ranking das autarquias com melhores prazos médios de pagamento, tendo apresentado mais uma vez uma posição invejável no contexto autárquico nacional ao nível dos prazos médios de pagamentos, fazendo parte do pequeno grupo de municípios com prazo médio de pagamentos inferior a 90 dias e que no 2.º Trimestre de 2011 era de 15 dias.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

CÂMARA MUNICIPAL

Handwritten signatures and initials in the top right corner.

VISÃO, MISSÃO, VALORES E OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS



Visão

O Município orienta a sua ação no sentido de apostar na qualidade e na gestão do conhecimento, aproveitando e criando oportunidades que permitam desenvolver o Concelho de Oliveira do Hospital, tornando-o mais competitivo e atrativo a nível económico, cultural e social.

Handwritten initials 'R' and 'of' on the right side.



Missão

O Município tem como missão garantir o bem-estar da população, através do desenvolvimento integrado e sustentado do território.

Handwritten signature on the right side.



Valores

O Município orienta a sua atividade no respeito integral e permanente pelos valores da Isenção, da Transparência, do Rigor, da Qualidade, da Orientação para a Múncipe, da Inovação e da Pró-atividade.

Objetivos Estratégicos

1. Qualidade do Serviço e Impacto na Sociedade:

Desenvolver uma nova cultura organizacional
Melhorar a relação Organização – Múncipe
Incrementar o uso alargado das novas tecnologias
Simplificar e desburocratizar procedimentos

2. Valorização dos Recursos Humanos:

Promover a formação dos trabalhadores
Incrementar a comunicação entre os diversos níveis organizacionais
Implementar novas práticas de gestão de recursos humanos

3. Desenvolvimento Sócio-económico do Concelho:

Implementar e melhorar a rede de infraestruturas
Promover o desenvolvimento turístico
Melhorar o apoio social
Adequar a oferta educativa às necessidades do Município
Promover a cultura, reforçando as tradições locais e envolvendo as populações.



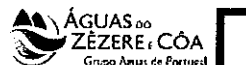
MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

CÂMARA MUNICIPAL

PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS DO MUNICÍPIO

Seguindo uma estratégia orientada no sentido de tomar posição financeira em entidades cuja atividade ou objeto social tenha interesse estratégico ou funcional para o Município, tendo em vista a melhor prestação dos serviços e utilidades que a Câmara Municipal coloca à disposição das suas comunidades e populações, o Município detinha em 31 de dezembro de 2011 as seguintes participações financeiras:

Rubrica POCAL	Entidade	Capital Próprio / Fundo Patrimonial (Exercício 2011)	Resultado Líquido (Exercício 2011)	Particip. Social	Saldo Final
				%	
41131	WRC-Web Região Centro, ADR, SA	716.260,26 €	7.942,80 €	0,37%	5.000,00 €
41132	Município-Emp. Cartograf. Sist. Inf., EM, SA	3.709.003,58 €	5.565,60 €	0,15%	4.985,01 €
41133	Mata dourado Regional da Beira Serra, SA	1.963.870,95 €	51.668,84 €	2,22%	24.000,00 €
41134	CoimbraVita - ADR, SA	a)	a)	1,48%	9.980,00 €
41135	Águas do Zêzere e Côa, SA	12.522.750,93 €	1.270.015,48 €	3,37%	459.315,00 €
41136	CESAB - Centro de Serviços do Ambiente	1.101.872,54 €	25.873,28 €	0,39%	1.500,00 €
41137	BLC3 (Plataforma Des. Reg. Interior Centro)	404.952,83 €	130.694,94 €		7.000,00 €
a) - Informação não disponível					511.780,01 €



Para além destas, a Câmara Municipal integra ainda a gestão de outras entidades de que foi cofundadora, designadamente a Serra do Açôr – Associação de Desenvolvimento Regional, a Adeptoliva – Associação para o Ensino Profissional dos Concelhos de Tábua, de Oliveira do Hospital e de Arganil, a ADI – Agência para o Desenvolvimento Integrado de Tábua e Oliveira do Hospital e a BLC3 – Plataforma para o Desenvolvimento da Região Interior Centro.





MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

ANÁLISE GERAL AO ANO ECONÓMICO

O ano de 2011 foi uma vez mais marcado por um forte agravamento das condições económicas e financeiras da Europa em geral e das suas entidades públicas e privadas, sendo que, relativamente ao nosso país, a situação atingiu o ponto mais dramático ao terem sido criadas politicamente as condições que tornaram inevitável o recurso à ajuda internacional, tendo sido estabelecido um programa de assistência económica e financeira com intervenção do FMI – Fundo Monetário Internacional, Comissão Europeia e BCE-Banco Central Europeu.

Esta intervenção externa, com um impacto determinante na condução das políticas públicas nacionais e, por efeito de arrastamento, locais, tornou inevitável uma reponderação de um conjunto de intenções de investimento e de outras formas de intervenção na desenvolvimento e na preparação do concelho para as dificuldades e desafios do futuro, mas que agora não encontram a devida acomodação no sentido da sua realização.

Desde logo, a crise económica e financeira, que fundamentou o pedido de assistência internacional, transformou-se também em crise política à escala nacional, dando lugar a eleições antecipadas e à formação de um novo governo da república que, colocado em funções, redefiniu toda a estratégia de investimento e de despesa pública em conformidade com as orientações do Memorando de Entendimento assinado com as entidades internacionais, situação que se reflete na atividade municipal de forma assinalável.

Em face do agravamento da escassez de competitividade da nossa indústria nos mercados exteriores e do drástico abaixamento do consumo das famílias, que se repercute na capacidade de investimento das empresas, o contexto nacional é marcado já em 2011 por uma situação de recessão económica que, além do valor absoluto em termos de diminuição do PIB comparativamente com momentos anteriores, tem sobretudo um valor simbólico e psicológico nos comportamentos de investimento e de consumo das empresas e das famílias, provocando um efeito exponencial na tendência recessiva da economia.

A situação torna-se ainda mais débil quando a diminuição da capacidade de gerar riqueza por parte da iniciativa privada, mesmo considerando alguns bons resultados que têm vindo a ser alcançados no setor exportador, não é acompanhada de medidas compensatórias por parte do Estado ao nível do investimento e da despesa pública, o que tem sido justificado com o elevado nível de endividamento que o Estado atingiu, não permitindo que essas medidas corretivas possam ser financiadas por mais colocação de dívida pública.

Em todo o caso, tal não pode justificar ausência de investimento público por parte do Estado no nosso território, designadamente no que diz respeito à concretização dos IC6, IC7 e IC37, bem como a um conjunto de outros investimentos diretos da administração central ou desconcentrada que têm sido reivindicados, uma vez que os mesmos são cada vez mais determinantes para o combate à nossa já dramática interioridade e porque, não obstante as dificuldades internas ao próprio País, existem formas alternativas de



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL CÂMARA MUNICIPAL

financiamento desse investimento, designadamente através da reorientação dos fundos estruturais.

A verdade é que, por mais eloquentes que sejam as justificações que se apresentem para o adiamento destes investimentos, a sua realização já não é apenas uma reivindicação local ou regional, é uma questão de justiça com um conjunto de comunidades que têm pacientemente esperado por eles e dos quais dependem para acrescentar competitividade à sua já muito débil estrutura produtiva.

A situação em Oliveira do Hospital não é alheia a esta conjuntura de grandes dificuldades, a qual se reflete ao nível interno do próprio município, quer através da diminuição da capacidade de realização de mais investimentos por parte da câmara municipal, devido aos cortes no nível de financiamento direto do Orçamento de Estado, quer também através da perda de rendimentos e de poder de compra por parte dos funcionários públicos e, também, dos funcionários municipais, com consequências diretas ao nível do arrefecimento da nossa economia local em muitos setores económicos, designadamente daqueles que produzem e comercializam bens transacionáveis de primeira necessidade.

Além disso, nunca são demais as referências às situações de desemprego originadas pelo encerramento de empresas locais, que voltaram a verificar-se em 2011 com novas vagas de despedimento coletivo, bem como ao acréscimo de dificuldades nas condições de contexto que se colocam às empresas em atividade, as quais, sendo credoras das mesmas medidas de apoio reclamadas genericamente pelas PME's junto do Governo, relacionadas com as dificuldades de financiamento e estrangulamentos de tesouraria líquida, são ainda merecedoras de apoios suplementares de compensação à menor competitividade decorrente da interioridade e das carências ao nível da mobilidade de pessoas e mercadorias.

Apesar de tudo e sem prejuízo da inevitabilidade na reorientação de algumas opções por parte da Câmara Municipal ao nível da despesa e do investimento, foi possível concretizar em 2011 um nível de realização bastante significativo e que representou, só nas GOP's, um crescimento de mais de 30% face ao ano anterior, tratando-se, portanto, de um resultado em contraciclo com o desempenho geral da economia nacional e que contrasta com o desempenho obtido pela maioria das autarquias nacionais.

Para o ano de 2011 haviam sido estabelecidas como principais prioridades, em coerência com o diagnóstico levado a cabo durante o ano de 2010:

- manter a intervenção na resolução dos problemas das pessoas e das empresas;
- levar a efeito na medida das condições financeiras a concretização dos investimentos municipais de carácter estratégico;
- consolidar o esforço financeiro inerente ao relacionamento de maior proximidade e solidariedade com as freguesias iniciado no ano anterior.

Quanto à intervenção levada a efeito em ordem à resolução dos problemas das pessoas e das empresas é hoje unanimemente reconhecida uma nova atitude por parte do executivo em permanência na capacidade de auscultações das preocupações e na procura



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

de soluções internas, externas ou articuladas que possam atenuar ou até mesmo solucionar os problemas identificados.

A atividade da autarquia no apoio social direto ou através das instituições do Concelho foi mantida com grande intensidade, designadamente no apoio às situações de maior escassez económica ou habitacional e também através da ação, discreta, do Banco de Recursos Sociais que tem fornecido bens alimentares e outros, graças à generosidade de quem coloca esses bens à disposição do Banco e também às campanhas de recolha de alimentos que foram promovidas ao longo do ano.

Quanto às empresas é também incontornável o reconhecimento quanto à capacidade de intervenção do executivo em permanência junto das entidades que têm por função atuar junto dos problemas que afetam o tecido empresarial, designadamente naquelas em que houve processos de encerramento, procurando defender os interesses dos trabalhadores e outros interesses locais relevantes, não devendo também ser ignorada a intervenção efetiva no investimento, que já se encontra quase integralmente executado, na conclusão das infraestruturas da Zona Industrial e da área de expansão relativa aos novos lotes industriais criados.

Quanto à concretização dos investimentos municipais de carácter estratégico, houve duas preocupações fundamentais que foram convenientemente consideradas. A primeira, relacionada com a definição dos investimentos a que se pretendia dar execução, tendo havido especiais cuidados com a dimensão financeira de cada um deles, procurando soluções arquitetónicas e construtivas modestas mas eficientes em relação ao uso pretendido.

Tal permitiu que, genericamente, todas as empreitadas adjudicadas durante o ano de 2011 tivessem obtido valores de adjudicação inferiores aos custos de referência para empreitadas idênticas, a que, naturalmente, não são alheias a situação de crise que se vive o setor de construção e obras públicas e, também, a imagem positiva do município junto de fornecedores e empreiteiros.

A segunda, relacionada com a necessidade de procura de soluções de financiamento para os investimentos projetados, tendo para esse efeito sido desenvolvido um trabalho exaustivo de preparação de novas candidaturas e de reprogramação das já antes apresentadas, de modo a procurar taxas máximas de financiamento e a explorar as vantagens de possuir uma elevada taxa de execução nos projetos anteriores e em execução que haviam sido objeto de financiamento. Mais adiante serão feitas referências mais concretas relativamente aos investimentos municipais levados a efeito, bem como das respetivas fontes de financiamento.

Finalmente, em relação à nova postura assumida no relacionamento com as juntas de freguesia, inspirada numa vontade clara de transferência progressiva de competências e meios financeiros para as juntas de freguesia, voltaram a verificar-se transferências de montante muito substancial e que no ano de 2011 atingiram mais de 850 mil euros, quando consideradas conjuntamente as transferências correntes e as de capital.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL CÂMARA MUNICIPAL

De registar ainda que, mais uma vez, as transferências de capital para as freguesias representaram cerca de 60% da totalidade das transferências de capital assumidas e pagas durante o ano de 2011.

Por fim e não obstante as novas condicionantes financeiras que abriram em 2011 um ciclo de dificuldades para as autarquias locais, de que Oliveira do Hospital não é exceção, foi mantido um nível razoável de realização de iniciativas e eventos que têm como propósito fundamental promover a afirmação de Oliveira do Hospital como um Município ativo, atrativo e dinâmico, reforçando assim a visibilidade tida como essencial à competitividade das nossas empresas e organizações sociais.

Vale a pena a este propósito realçar que, tendo em vista o alcance destes objetivos de afirmação do concelho, as despesas que tiverem de ser assumidas na organização e no apoio a eventos e iniciativas de animação ou divulgação das potencialidades locais, não devem ser entendidas como um custo, mas antes como um investimento de que mais tarde se retirarão os resultados. Tanto mais que a organização das mais diversas iniciativas e eventos não implica necessariamente a afetação de verbas com grande impacto orçamental, na medida em que, aos poucos, a Câmara Municipal tem sabido munir-se de um centro de recursos próprio e tem conseguido grande eficiência na gestão dos recursos disponíveis, de modo a aliviar esse impacto.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

ANÁLISE ESPECÍFICA AO ANO ECONÓMICO – RECURSOS HUMANOS

Em qualquer organização, a valorização dos recursos humanos é um dos principais instrumentos a favor da produtividade e da obtenção de resultados. No Município também esta perspetiva é completamente válida, tanto mais que é, sobretudo, através dos recursos humanos que a Autarquia tem ao seu serviço e da capacidade que tiver para os qualificar, motivar e dirigir, que melhor pode desenvolver a sua atividade e fomentar o bom funcionamento e a melhoria contínua na capacidade de prestar serviços às populações e responder eficazmente às solicitações e expectativas dos cidadãos.

Em situação normal, este objetivo alcança-se implementando os diversos mecanismos que conduzam à motivação dos recursos humanos, à valorização permanente e aquisição de novas competências, à correta implementação do sistema de avaliação de desempenho, à disseminação da autoridade e da responsabilidade pelos diversos níveis da estrutura orgânica, à introdução de lógicas de equipa e de grupo e agilização das capacidades de realização grupal e, entre outras, à partilha de experiências e da informação relevante para cada nível organizacional e suas unidades e subunidades.

Em circunstâncias anormais, como as que se vivem atualmente face às restrições impostas ao nível remuneratório da generalidade dos trabalhadores municipais, esses mecanismos ganham uma importância acrescida mas, simultaneamente, um efeito prático muito incipiente. De tal modo que têm permanentemente de ser procuradas novas formas de aproximação dos trabalhadores aos objetivos e às causas que movem todos os agentes ao serviço do desenvolvimento do concelho, seja através da melhoria da perceção de que as condições endógenas de desempenho de cada uma das tarefas individuais são progressivamente melhores, isto é, o ambiente de trabalho, seja também através da valorização individual da participação de cada elemento nos resultados globais obtidos, o que se consegue com a reorganização das equipas de trabalho, com a oferta de formação e com outras formas de melhoria da autoestima individual e grupal.

Daí que, após a aprovação e implementação progressiva da nova estrutura orgânica da Câmara Municipal, foram desenvolvidas medidas de melhoria das condições endógenas de prestação da atividade que importa destacar.

Em primeiro lugar a concretização dos investimentos no Balcão Único de Atendimento que, embora orientado para a melhoria na qualidade de atendimento dos munícipes e na capacidade de resposta às solicitações que diariamente ocorrem à Câmara Municipal, proporcionaram outras condições na prestação do serviço, tanto ao nível das instalações, quanto das ferramentas informáticas de suporte aos procedimentos administrativos e de decisão.

Em segundo lugar o reforço dos recursos disponíveis para a prestação de atividade por parte dos serviços operacionais do Município, seja ao nível das instalações do Estaleiro Municipal que, embora sendo ainda de caráter provisório até que se obtenham os recursos financeiros suficientes para que possa ser concretizado o projeto concreto de Remodelação do Estaleiro Municipal, têm sido progressivamente melhoradas e adequadas às reais necessidades de cada um dos setores operativos da Divisão de Infraestruturas e Obras Municipais, seja também ao nível das viaturas, máquinas e



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL CÂMARA MUNICIPAL

ferramentas, onde tem sido também feito um claro investimento de apetrechamento dos serviços externos de modo proporcional ao nível de exigência que lhes tem sido colocado.

Em terceiro lugar a procura incessante de soluções que permitissem responder ao elevado número de trabalhadores em situação precária, cujos contratos a termo cessaram ainda no decorrer do ano de 2010, ou já no decurso do ano de 2011, em que, mesmo com uma clara redução do número de trabalhadores, foram possíveis de consolidar os vínculos contratuais de um conjunto elevado de trabalhadores, em especial daqueles que correspondem a necessidades efetivas dos serviços com caráter de continuidade.

As condicionantes legais à resolução destes problemas vieram a agravar-se de modo muito substancial já no decorrer do ano de 2012, com a entrada em vigor da Lei do Orçamento de Estado, estando em muitos casos comprometida a capacidade de cumprimento de algumas das obrigações de prestação de serviços públicos indispensáveis à qualidade de vida e ao funcionamento das comunidades, como sejam o funcionamento das escolas e equipamentos públicos, a recolha de lixo, o abastecimento de água às populações, a limpeza de ruas e espaços públicos e tantos outros serviços essenciais à sociedade. Acima de tudo porque o cumprimento destas obrigações se faz por via da atividade humana, que exige a estabilização de um mapa de pessoal preenchido com as profissões adequadas a cada tarefa específica, objetivo que não será possível de alcançar se estas medidas restritivas ao nível dos recursos humanos autárquicos persistirem de modo a que nem uma boa gestão, nem uma utilização rigorosa dos recursos disponíveis, designadamente através de medidas de aproveitamento da polivalência dos trabalhadores, possam já compensar.

Os quadros seguintes refletem a posição da Câmara Municipal em matéria de recursos humanos, destacando-se desde logo, na comparação com o ano de 2010, a redução do número de trabalhadores, que passou de 280 para 263.

Como se pode ver na contagem segundo a modalidade de vinculação, o total de trabalhadores é de 263, menos 17 que em 2010, sendo 129 homens e 134 mulheres.

CONTAGEM DE TRABALHADORES POR CARGO-CARREIRA, SEGUNDO A MODALIDADE DE VINCULAÇÃO								
		Dirigentes	Técnico Superior	Assistente técnico	Assistente operacional	Informática	Outros	TOTAL
Comissão de serviço	M	2,00					3,00	5,00
	F	1,00						1,00
Contrato por tempo indeterminado	M		6,00	15,00	84,00	1,00	5,00	111,00
	F		9,00	24,00	65,00		3,00	101,00
Contrato por termo resolutivo certo	M		1,00	3,00	1,00		8,00	13,00
	F		1,00	2,00	4,00		25,00	32,00
Contrato por tempo resolutivo incerto	M							
	F							
Outra	M							
	F							
Soma	M	2,00	7,00	18,00	85,00	1,00	16,00	129,00
Soma	F	1,00	10,00	26,00	69,00		28,00	134,00
TOTAL		3,00	17,00	44,00	154,00	1,00	44,00	263,00

Outra constatação a merecer o devido destaque é a da redução para apenas 45 do número de contratos por tempo determinado ou determinável, em 31 de dezembro de



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

2011, contra os 84 que permaneciam no final do ano de 2010, comprovando ter havido um esforço efetivo de consolidação dos vínculos contratuais relativos às atividades cuja continuidade é exigida.

As variações ocorridas no volume total de emprego estão refletidas nos quadros seguintes que contêm a contagem de saídas de trabalhadores durante o ano de 2011 e a contagem de admissões e regressos, segundo o modo de ocupação do posto de trabalho e género.

CONTAGEM DE SAÍDAS DE TRABALHADORES POR CARGO-CARREIRA								
		Dirigentes	Técnico Superior	Assistente técnico	Assistente operacional	Informática	Outros	TOTAL
Caducidade	M		2,00	1,00	16,00	1,00	11,00	31,00
	F		2,00		16,00		21,00	39,00
Resolução, Denúncia ou Exoneração (Iniciativa do trabalhador)	M							
	F						1,00	1,00
Reforma/Aposentação	M				4,00			4,00
	F				3,00			3,00
Outras situações	M				2,00			2,00
	F							
Soma	M		2,00	1,00	22,00	1,00	11,00	37,00
Soma	F		2,00		19,00		22,00	43,00
TOTAL			4,00	1,00	41,00	1,00	33,00	80,00

Do lado das saídas, os dados mais significativos são os relativos aos docentes das AEC – Atividades de Enriquecimento Curricular, devido ao movimento de rotatividade anual, próprio deste tipo de contratações, bem como o número relativo a assistentes operacionais, sendo que este grupo surge depois compensado na contagem dos trabalhadores admitidos e regressados e nas mudanças de situação de trabalhadores, embora em menor número, na medida em que houve, durante o ano de 2011, uma redução líquida de postos de trabalho.

CONTAGEM DE TRABALHADORES ADMITIDOS OU REGRESSADOS POR CARGO-CARREIRA								
		Dirigentes	Técnico Superior	Assistente técnico	Assistente operacional	Informática	Outros	TOTAL
Procedimento concursal	M		1,00	1,00	11,00		8,00	21,00
	F		2,00	1,00	13,00		25,00	41,00
Outras situações	M							
	F				1,00			1,00
Soma	M		1,00	1,00	11,00		8,00	21,00
Soma	F		2,00	1,00	14,00		25,00	42,00
TOTAL			3,00	2,00	25,00		33,00	63,00

Do lado da contagem de trabalhadores admitidos ou regressados, verifica-se um aumento dos postos de trabalho no grupo de Assistentes Operacionais que resultou exclusivamente da transição para a situação de contrato de trabalho por tempo indeterminado de 24 assistentes operacionais que anteriormente se encontravam em regime de contrato de trabalho a termo resolutivo certo, bem como da admissão do conjunto de professores das AEC's para o ano letivo de 2011/2012.

Relativamente às mudanças de situação dos trabalhadores, este reflete exatamente o movimento ocorrido com os assistentes operacionais atrás referidos, relativamente aos quais se apresenta o Quadro de contagem das mudanças de situação dos trabalhadores durante o ano, por cargo-categoria, segundo o motivo e género.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

CONTAGEM DAS MUDANÇAS DE SITUAÇÃO DE TRABALHADORES POR CARGO-CARREIRA								
		Dirigentes	Técnico Superior	Assistente técnico	Assistente operacional	Informática	Outros	TOTAL
Procedimento concursal	M		2,00	1,00	11,00			14,00
	F		2,00	1,00	2,00			5,00
Outras situações	M							
	F							
Soma	M		2,00	1,00	11,00			14,00
Soma	F		2,00	1,00	2,00			5,00
TOTAL			4,00	2,00	13,00			19,00

Quanto ao total de encargos, o Balanço Social, do qual resultam os dados contidos neste capítulo, apresenta um valor global de 3.327.727,23 €, o qual representa um crescimento face ao ano de 2010 de 38.008,57 €. Porém, deve ser salientado que, ao contrário do critério de apresentação do Balanço Social exigido no ano de 2010, o valor apurado no ano de 2011 inclui como pessoal relevante para efeitos de Balanço Social, não apenas aquele com quem se encontra estabelecido um vínculo laboral, mas também os membros dos órgãos autárquicos.

O mesmo valor não inclui as despesas com pessoal integrado em programas de ocupação do IEFP.

TOTAL DE ENCARGOS COM PESSOAL DURANTE O ANO	
Total de Encargos	Valor
Remunerações base	2.282.361,96 €
Suplementos remuneratórios	158.263,17 €
Trabalho extraordinário (diurno e noturno)	7.529,65 €
Trabalho normal noturno	
Trabalho em dias de descanso semanal, compl.e feriados	69.538,93 €
Disponibilidade permanente	
Outros regimes especiais de prestação de trabalho	
Risco, penosidade e insalubridade	
Fixação na periferia	
Trabalho por turnos	2.591,37 €
Abono para falhas	4.935,57 €
Participação em reuniões	
Ajudas de custo	45.040,27 €
Representação	28.627,38 €
Secretariado	
Outros suplementos remuneratórios	
Prémios de desempenho	
Prestações sociais:	280.158,18 €
Abono de família	30.845,97 €
Subsídios no âmbito da proteção da parentalidade	22.108,19 €
Subsídio de educação especial	237,92 €
Subsídio mensal vitalício	
Subsídio de refeição	226.162,25 €
Subsídio de funeral	
Subsídio por morte	
Benefícios sociais	
Outras prestações sociais	803,85 €
Outros encargos com pessoal	606.943,92 €
TOTAL DE ENCARGOS	3.327.727,23 €

A análise dos valores desagregados no mesmo quadro vem precisamente demonstrar a diminuição efetiva das despesas com pessoal na comparação entre os anos de 2010 e



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

2011, uma vez que, apesar dos aumentos verificados em suplementos remuneratórios, no montante de 84.370,78 € e em outros encargos com pessoal, no montante de 117.483,99 €, houve uma diminuição na principal componente, relacionada com remuneração base, no montante de 149.825,32 € e que resulta, não apenas da aplicação em concreto das medidas de austeridade em consequência do programa de assistência financeira, mas também da redução efetiva do número de trabalhadores ao serviço da autarquia.

Verificou-se ainda uma diminuição de 14.020,82 € na componente relativa a prestações sociais.

Em relação à mesma totalidade dos recursos humanos, apresenta-se em seguida a sua desagregação por nível de formação, sendo de realçar que houve um desenvolvimento positivo nestes dados, na medida em que se registou pelo segundo ano consecutivo um aumento do número de trabalhadores com formação académica superior.

CONTAGEM DE TRABALHADORES POR CARGO-CARREIRA, SEGUNDO O NÍVEL DE ESCOLARIDADE								
		Dirigentes	Técnico Superior	Assistente técnico	Assistente operacional	Informática	Outros	TOTAL
Menos de 4 anos de escolaridade	M							
	F							
4 anos de escolaridade	M				46,00			46,00
	F			1,00	21,00			22,00
6 anos de escolaridade	M				23,00		1,00	24,00
	F				17,00			17,00
9.º ano ou equivalente	M			2,00	9,00		1,00	12,00
	F			2,00	12,00			14,00
11.º ano	M			2,00	1,00		1,00	4,00
	F			3,00	4,00			7,00
12.º ano ou equivalente	M			12,00	6,00	1,00	2,00	21,00
	F			16,00	15,00			31,00
Bacharelato	M			2,00				2,00
	F						2,00	2,00
Licenciatura	M	2,00	7,00				11,00	20,00
	F	1,00	10,00	4,00			26,00	41,00
Mestrado	M							
	F							
Doutoramento	M							
	F							
Soma	M	2,00	7,00	18,00	85,00	1,00	16,00	129,00
Soma	F	1,00	10,00	26,00	69,00		28,00	134,00
TOTAL		3,00	17,00	44,00	154,00	1,00	44,00	263,00

Quanto à incorporação de trabalhadores portadores de deficiência, desagregada segundo o cargo-categoria, o quadro abaixo demonstra um crescimento de 1 trabalhador com estas características no ano de 2011, o que dá continuidade a uma opção pela disponibilização de oportunidades de trabalho em regime não precário a trabalhadores portadores de deficiência, a qual sempre caracterizou esta Câmara Municipal.

CONTAGEM DE TRABALHADORES PORTADORES DE DEFICIÊNCIA POR CARGO-CARREIRA								
		Dirigentes	Técnico Superior	Assistente técnico	Assistente operacional	Informática	Outros	TOTAL
Soma	M			1,00	4,00			5,00
Soma	F		1,00	1,00	4,00			6,00
TOTAL			1,00	2,00	8,00			11,00



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL CÂMARA MUNICIPAL

Quanto à distribuição do número global de trabalhadores ao serviço do Município, por escalão etário, a contagem foi a seguinte:

CONTAGEM DE TRABALHADORES POR CARGO-CARREIRA, SEGUNDO O ESCALÃO ETÁRIO								
		Dirigentes	Técnico Superior	Assistente técnico	Assistente operacional	Informática	Outros	TOTAL
Menos de 20 anos	M							
	F							
Entre 20 e 24 anos	M							
	F						3,00	3,00
Entre 25 e 29 anos	M			3,00	2,00		4,00	9,00
	F			2,00	3,00		7,00	12,00
Entre 30 e 34 anos	M			4,00	2,00		2,00	8,00
	F		4,00	1,00	8,00		7,00	20,00
Entre 35 e 39 anos	M		3,00	3,00	3,00	1,00	3,00	13,00
	F	1,00	1,00	4,00	11,00		5,00	22,00
Entre 40 e 44 anos	M		1,00	2,00	10,00		2,00	15,00
	F		4,00	7,00	12,00		3,00	26,00
Entre 45 e 49 anos	M	1,00		1,00	20,00		3,00	25,00
	F			6,00	12,00		2,00	20,00
Entre 50 e 54 anos	M	1,00	1,00	3,00	27,00		2,00	34,00
	F		1,00	5,00	13,00		1,00	20,00
Entre 55 e 59 anos	M		2,00	1,00	14,00			17,00
	F			1,00	7,00			8,00
Entre 60 e 64 anos	M			1,00	7,00			8,00
	F				3,00			3,00
Entre 65 e 69 anos	M							
	F							
Com 70 anos ou mais	M							
	F							
Soma	M	2,00	7,00	18,00	85,00	1,00	16,00	129,00
Soma	F	1,00	10,00	26,00	69,00		28,00	134,00
TOTAL		3,00	17,00	44,00	154,00	1,00	44,00	263,00

Apesar dos condicionamentos orçamentais e das preocupações na orientação dos recursos, não deixou de ser feito um esforço, que é também o cumprimento de uma obrigação legal, no sentido de proporcionar aos recursos humanos oportunidades de enriquecimento profissional através da participação em ações de formação.

CONTAGEM DE PARTICIPAÇÕES E HORAS EM AÇÕES DE FORMAÇÃO POR CARGO-CARREIRA								
		Dirigentes	Técnico Superior	Assistente técnico	Assistente operacional	Informática	Outros	TOTAL
Internas	Num	3,00	4,00	5,00	2,00	4,00		18,00
	Hor		5,00	40,00	19,00	16,00		80,00
	€							1.338,60 €
Externas	Num	2,00	4,00	2,00	4,00	1,00		13,00
	Hor	7,00	35,00	7,00	104,50			153,50
	€							1.705,00 €
Soma de Número de Participações		5,00	8,00	7,00	6,00	5,00		31,00
Soma de Horas dispendidas		7,00	40,00	47,00	123,50	16,00		233,50
Valor dispendido								3.043,60 €

Esta prática é tanto mais indispensável, quanto mais forte é a dinâmica hoje existente nos diversos procedimentos técnicos e administrativos e a constante mudança e atualização de métodos, com forte incremento de ferramentas baseadas em tecnologias de informação e com novos enquadramentos legais cada vez mais exigentes.

Verificou-se uma ligeira diminuição do esforço financeiro despendido em ações de formação, embora a mesma tenha explicação na adesão do Município à ação global promovida no âmbito da CIMPIN e destinada a proporcionar a realização de diversas



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

ações de formação apoiadas financeiramente pelo POPH – Programa Operacional do Potencial Humano, o que aliviou a necessidade de aplicação de recursos por parte da autarquia.

Indispensável neste capítulo é a análise de ausências dos recursos humanos municipais, cuja informação se reproduz no quadro seguinte, que contém a desagregação do número de dias de ausência e os respetivos motivos, por cargo-carreira:

DIAS DE AUSÊNCIA POR CARGO-CARREIRA, SEGUNDO O MOTIVO DA AUSÊNCIA								
Cargos-Carreiras		Dirigentes	Técnico Superior	Assistente técnico	Assistente operacional	Informática	Outros	TOTAL
Motivos das ausências								
Casamento	M			11,00				11,00
	F							
Protecção na parentalidade	M		12,00	1,00		38,00		51,00
	F	77,00	57,00	354,00	390,00			878,00
Falecimento de familiar	M			9,00	28,00			37,00
	F		5,00		18,00			23,00
Doença	M			292,00	1.455,00			1.747,00
	F		10,00	512,00	1.063,00			1.585,00
Acidente de serviço ou doença profissional	M			1,00	291,00			292,00
	F				378,00			378,00
Assistência a familiares	M		2,00	6,00	6,00			14,00
	F		15,00	36,00	41,00			92,00
Trabalhador estudante	M			23,00				23,00
	F			36,00	14,50			50,50
Por conta do período de férias	M	11,00	29,50	84,00	91,00	14,50		230,00
	F	3,00	54,00	118,00	71,50			246,50
Com perda de vencimento	M							
	F			1,00				1,00
Para cumprimento de pena disciplinar	M							
	F							
Greve	M			1,00	15,00			16,00
	F			2,00				2,00
Faltas injustificadas	M							
	F							
Outros motivos (inclui férias)	M	43,00	155,00	340,00	2.325,00	31,00		2.894,00
	F	20,00	155,50	547,50	1.906,00			2.629,00
Soma	M	54,00	198,50	768,00	4.211,00	83,50		5.315,00
Soma	F	100,00	296,50	1.606,50	3.882,00			5.885,00
TOTAL		154,00	495,00	2.374,50	8.093,00	83,50		11.200,00

Verifica-se que ocorreu um volume global de 11.200 dias de ausência, repartidos entre os diversos cargos-carreiras, sendo mais expressivo o número de dias não trabalhados no grupo do pessoal assistente operacional. No ano de 2010 havia sido registado um total de 10.909 dias de ausência, o que representa um acréscimo de cerca de 300 dias, equivalente a 1.10 dias por trabalhador.

Em termos médios, a realidade relativamente ao ano de 2011, foi a seguinte:

MÉDIA DE DIAS DE AUSÊNCIA POR CARGO-CARREIRA, POR TRABALHADOR								
Cargos-Carreiras		Dirigentes	Técnico Superior	Assistente técnico	Assistente operacional	Informática	Outros	TOTAL
Motivos das ausências								
Repartição pelo N.º de Trab.	M	27,00	28,36	42,67	49,54	83,50		41,20
	F	100,00	29,65	61,79	56,26			43,92
		51,33	29,12	53,97	52,55	83,50		42,59



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

Através do quadro que antecede pode verificar-se que houve um acréscimo generalizado na média de dias de ausência em todos os grupos que compõem os cargos-carreiras; exceto no grupo “técnicos superiores”, sendo mais significativa a média de ausências no pessoal de informática, que tem explicação no aumento dos dias gozados por proteção na parentalidade. Nos restantes grupos verificou-se uma média superior a 50 dias anuais por trabalhador que, embora contemplando os períodos legais de férias, não deixa de constituir um valor significativo e preocupante em termos de produtividade global.

Voltou a verificar-se que em qualquer dos grupos existe uma média superior de absentismo por parte dos trabalhadores do género feminino, a que não são alheias as situações de ausência por proteção na parentalidade, tal como o quadro discriminativo dos motivos de ausência revela. Tal situação não se verifica no grupo de pessoal de informática, uma vez que neste não existem trabalhadores do género feminino.

No que respeita à dimensão dos encargos com horas extraordinárias, cuja situação está transcrita no quadro seguinte, verifica-se desde logo um decréscimo de despesa face ao ano de 2010 que, por sua vez, tinha revelado uma subida extraordinária de 40,53 %.

VALORES PAGOS EM HORAS EXTRAORDINÁRIAS				
		VALOR 2011	VALOR 2010	VALOR 2009
Em dias de descanso semanal obrigatório	M	20.771,98 €	34.360,00 €	10.140,93 €
	F	293,40 €		
Em dias de descanso semanal complementar	M	44.034,76 €	45.004,00 €	46.740,95 €
	F		366,00 €	
Em feriados	M	4.438,79 €	6.650,00 €	7.526,37 €
	F			
Trabalho extraordinário nocturno	M			2.265,00 €
	F			
Trabalho extraordinário diurno	M	7.530,00 €	9.113,00 €	1.512,00 €
	F		329,00 €	
Soma	M	76.775,53 €	95.127,00 €	68.185,25 €
Soma	F	293,40 €	695,00 €	
TOTAL		77.068,93 €	95.822,00 €	68.185,25 €
Variação face ao ano anterior		-19,57%	40,53%	

Esta despesa decorre essencialmente da necessidade de dar cumprimento aos compromissos municipais de carácter permanente relacionados com a realização de transportes em autocarros municipais e com o funcionamento dos equipamentos municipais, bem como

com o piquete do Setor de Águas e Saneamento. Para além disso, deriva também da organização dos diversos eventos de iniciativa municipal ocorridos durante o ano, em especial das situações em que a montagem e preparação dos mesmos não é completamente compatível com o horário de trabalho normal dos serviços externos municipais.

Outra razão ainda para a existência de obrigações com o pagamento de horas extraordinárias prende-se com a necessidade de manter capacidade de resposta e aumento da melhoria da qualidade dos serviços, designadamente nas áreas da recolha de lixo e da recolha de cartão, resíduos verdes e monstros, que incluem a realização de trabalho extraordinário ao sábado.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

ANÁLISE ESPECÍFICA AO ANO ECONÓMICO – PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

Não obstante os constrangimentos orçamentais decorrentes da situação que o país atravessa, a autarquia continua a apresentar uma situação financeira em condições de enfrentar os compromissos que com carácter de regularidade lhe são colocados em cada ano económico relativamente à atividade das instalações e equipamentos públicos e ao cumprimento das obrigações e competências legais.

Como é também sabido, a capacidade de realização de investimentos de natureza estratégica varia em cada ano económico e, também em cada ciclo político, em função da capacidade de alocar recursos próprios obtidos de planos de otimização e de poupanças em áreas de gestão corrente e, sobretudo, da capacidade dos executivos municipais de angariarem receitas externas, designadamente através de fontes de financiamento não reembolsável de apoio aos investimentos previstos para realização.

O resultado obtido no ano de 2011 é consequência de ambas as situações descritas, sendo de maior relevância o aumento do montante das transferências de capital, de mais de 1,773 milhões de euros face a 2010 e que comprova a posição muito confortável e a especial capacidade da Câmara Municipal no acesso aos financiamentos do QREN. De facto, sendo este aumento uma consequência de medidas que beneficiaram transversalmente todas as autarquias com projetos aprovados no âmbito do QREN, designadamente através a materialização do aumento para 80% das taxas de comparticipação introduzida pelo I Memorando de Entendimento entre o Governo e a Associação Nacional de Municípios Portugueses, é também verdade que o aproveitamento desse aumento dependia da capacidade de acesso do Município, através da apresentação e concretização de novos projetos, bem como da situação de tesouraria que pudesse proporcionar a liquidez necessária à satisfação dos encargos inerentes à contrapartida interna e também isso a Câmara Municipal foi capaz de garantir.

Relativamente ao volume de transferências do Orçamento de Estado e como se previa há um ano atrás, o ano de 2011 registou uma redução drástica no volume de transferências que, comparativamente com 2010, atingiu o montante de 372.568 €. Adicionando a perda de 293.181,00 € operada durante o ano de 2010, em relação ao valor previsto inicialmente para o próprio ano, por efeito da aplicação das medidas adicionais de consolidação orçamental aprovadas pela Lei n.º 12-A/2010, de 30 de Junho e ainda a redução já em vigor para o ano de 2012 de 350.980 €, atingimos um volume de corte que ultrapassa 1 milhão de euros, ou seja, quase 15% do valor do FEF que havia sido arrecadado no ano de 2009.

Vale também a pena destacar a este propósito que, mesmo perante uma redução de mais de 200 mil euros no total das receitas de capital face ao ano anterior, em consequência da arrecadação em 2010 de 2 milhões de euros do empréstimo contratado, que em 2011 não se repetiu e da perda de receitas por via do Orçamento de Estado já atrás mencionada, foi possível aumentar em 1,9 milhões de euros, quase 60% mais, o volume de despesa em aquisição de bens de capital, isto é, de investimentos.

Importa, por isso, percorrer os principais projetos previstos em Plano Plurianual de Investimentos para o ano de 2011, analisando o grau de realização daqueles que eram



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

considerados mais relevantes e com efeito estratégico no nível de desenvolvimento do concelho:

- a) Centro Educativo de Nogueira do Cravo, cuja empreitada foi adjudicada por 1.219.300,49 € e que, devido à recusa de Visto por parte do Tribunal de Contas, foi objeto de rescisão de contrato e de adjudicação de nova empreitada, tendo em consequência tido uma redução de 25% no valor de financiamento QREN. O mesmo projeto foi contemplado com uma comparticipação de 748.234,90 € mas será submetido a reprogramação, tendo em vista a atualização das despesas decorrentes da nova empreitada e a incorporação das despesas relativas ao apetrechamento até aos valores de referência permitidos pelo Regulamento.
- b) Remodelação da Casa dos Magistrados para Biblioteca Municipal, cuja empreitada se encontra concluída e paga, tendo o projeto sido alvo de pedido de reprogramação da candidatura, que incluiu as despesas de apetrechamento, da qual veio a resultar um volume total de investimento de 860.349,07 €, dos quais 800.603,49 € foram considerados elegíveis, a que correspondeu um valor de comparticipação de 640.482,79 €, à taxa de financiamento de 80%.
- c) Construção dos equipamentos desportivos e de lazer de apoio ao Centro Educativo de Seixo, em cuja empreitada foi realizado em 2011 um volume de despesa de 163.230,99 €.
- d) Requalificação Urbanística do Largo Ribeiro do Amaral, de cuja reprogramação veio a resultar a disponibilização de um valor de comparticipação não utilizada de cerca de 125 mil euros, a qual permitiu a apresentação de uma candidatura adicional destinada à “Instalação de Equipamentos Informativos constituídos por Quiosques Multimédia de Exterior e de Equipamentos de Recolha de RSU Valorizáveis e Indiferenciados”, que se encontra completamente realizada e paga, com um valor total de investimento de 176.374,05 € e com um valor de comparticipação de 141.099,24 €, à taxa de 80%.
- e) Requalificação da Envolvente da Praia Fluvial da Ilha do Picôto – Avô que, não tendo realização de despesa em 2011, foi adjudicada pelo valor de 124.204,66 €, a que, para já, foi atribuída uma taxa de comparticipação de 60,385%, no montante de 75.000,98 €, que será objeto de pedido de reforço.
- f) Requalificação do Centro Histórico de Aldeia das Dez que, tal como o projeto anterior, é beneficiário de financiamento QREN através da Rede das Aldeias de Xisto e que foi adjudicado pelo valor de 164.829,99 €, com uma taxa de comparticipação de 70%, no valor de 115.380,99 €. Foi realizada despesa em 2011 no montante de 107.603,61 €.
- g) Ligações Técnicas de Saneamento de Oliveira do Hospital – Seixo da Beira, Fase II, que foi objeto de candidatura ao QREN – MaisCentro, tendo agora o respetivo processo transitado para o POVT – Programa Operacional de Valorização do Território. A empreitada foi adjudicada pelo valor de 426.447,38 €, estando aprovada para financiamento pelo valor elegível de 325.505,79 €, com uma taxa de comparticipação de 80%, a que corresponde um valor de financiamento de



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

260.404,63 €. Em 31 de dezembro de 2011 estava realizada a despesa total de 218.423,76 €.

- h) Espaços de localização empresarial – Execução, o qual inclui a empreitada de “Execução da Revisão do Plano de Pormenor da Zona Industrial de Oliveira do Hospital”, que foi adjudicada pelo valor de 491.154,54 €, dos quais foi realizada no ano de 2011 a despesa de 255.807,79 €. Este projeto foi aprovado pelo QREN pelo montante elegível de 482.565,73 €, a que corresponde um valor de comparticipação de 386.052,58 €, à taxa de 80%.
- i) Estrada do Vale do Alva, 3.ª Fase, Troço III: Aldeia das Dez / Vale de Maceira, com um volume de despesa total de 1.246.242,00 € e que se encontra concluído, beneficiando de um financiamento QREN à taxa de 80%, pelo valor de 1.022.561,05 €.
- j) Retificação e Pavimentação da EM 509 – Nogueira do Cravo / Aldeia de Nogueira / Oliveira do Hospital, com despesa realizada total no montante de 760.447,40 €, o qual é igualmente beneficiário de um financiamento QREN à taxa de 80%, no montante de 725.664,17€.
- k) Beneficiação, Retificação e Pavimentação da EM 507 e EM 507-1 – ER 230/Limite do Concelho/Polo Industrial de Seixo da Beira, que não teve qualquer comparticipação exterior e que gerou despesa no ano de 2011 no valor de 741.834,07 €.
- l) Beneficiação e Repavimentação da EM 503-1 – ER 230/Lajeosa/EM503, com uma despesa realizada no ano de 2011 no valor de € 122.102,46 €.
- m) Execução do Caminho Agrícola da Porfia, Seixo da Beira, com uma despesa realizada no ano de 2011 de 80.165,10 € e que é beneficiário de uma comparticipação PRODER com uma taxa de 75%.
- n) Obras de conservação, remodelação e ampliação do Edifício dos Paços do Concelho, a qual inclui a despesa realizada com a adaptação das instalações para efeitos de criação do Balcão Único de Atendimento, no valor de 128.294,74 €. Além desta despesa com instalações, o Balcão Único exigiu ainda outros investimentos em informatização, mobiliário e equipamentos, no valor total de 107.826,20 €.

Por serem igualmente significativos em termos financeiros, são merecedores de referência outros projetos e ações inseridos nas Grandes Opções do Plano para o ano de 2011, designadamente os seguintes:

1. A Ação Social Escolar, com uma taxa de execução de 91,17% relativamente ao valor orçamentado e uma expressão de 277.627,42 € em termos absolutos;
2. O Apoio aos Agrupamentos de Escolas, com uma despesa realizada no montante de 34.536,00 €, o que representa uma taxa de execução de 65,16%;
3. O apoio ao funcionamento das associações e coletividades, cuja taxa de execução foi de 91,10% e que corresponde a uma despesa realizada de 125.720,00 €;



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

4. O apoio a investimentos de criação, beneficiação e/ou apetrechamento de infraestruturas de natureza cultural, com um montante de 83.101,80 € e com uma taxa de realização de 72,26%;
5. O apoio corrente aos clubes e associações desportivas, num montante de 358.741,09 €, com uma taxa de execução de 98,83%;
6. O apoio aos investimentos de clubes, associações e coletividades para infraestruturas de natureza desportiva e recreativa, no montante de 42.605,20 €, com uma taxa de execução de 44,85%;
7. O apoio à realização de eventos de natureza desportiva da iniciativa das coletividades, no montante de 35.750,00 €, com uma taxa de realização de 96,62%;
8. O prémio municipal de mérito desportivo, no montante de 10.250,00 €, com uma taxa de realização de 93,18%;
9. O apoio à aquisição de viaturas de transporte de passageiros de 9 lugares para coletividades, no valor de 14.900,00 €, com uma taxa de realização de 99,33%;
10. O apoio à criação do Complexo Desportivo de Lagares da Beira, que foi já parcialmente contemplado com um valor de 35.000,00 €, correspondente a 35,00% do valor orçamentado para o ano de 2011;
11. O apoio aos investimentos por parte de IPSS's do concelho, com um volume de transferências de capital de 86.000,00 € e uma taxa de execução de 74,78%;
12. A conservação e reparação em habitações sociais, cuja despesa ascendeu a 16.617,76 €, com uma taxa de realização de 75,54%;
13. O apoio para aquisição de viaturas e investimentos na área da saúde, com um montante de 50.000,00 € e uma taxa de execução de 90,91%;
14. As ampliações e requalificações de redes de energia elétrica, com um montante de despesa de 17.158,18 €, equivalente a 26,40% do montante orçamentado;
15. O apoio às intervenções de requalificação urbanística por parte de entidades sem fins lucrativos, no montante de 47.772,40 €, com uma taxa de execução de 95,54%;
16. As despesas com ampliação de redes de esgotos e construção de ramais de saneamento, no montante de 72.734,75 €, com uma taxa de execução de 60,61%;
17. A substituição das redes de saneamento, águas pluviais e abastecimento de água em Vila Franca da Beira, cujo projeto técnico já gerou despesas no montante de 25.876,13 €, correspondente a 3,45% do montante total orçamentado para ambas as componentes da intervenção;
18. A participação na Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão, essencialmente relacionada com a participação proporcional nos empréstimos da Associação, no montante de 51.928,15 €, que representa uma taxa de execução de 86,55%;



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

19. O apoio às freguesias relacionado com a criação de casas mortuárias, no valor de 16.706,96 €, numa taxa de execução de 47,73% e com a criação/ampliação de cemitérios, no valor de 25.000,00 €, numa taxa de execução de 33,33%;
20. O apoio às associações de Bombeiros, destinado a maquinaria e equipamentos no montante de 108.675,00 €, destinado ao funcionamento e desenvolvimento das atividades no montante de 31.500,00 € e ao funcionamento das Equipas de Intervenção Permanente no montante de 49.900,19 €, que no conjunto representam uma taxa de execução de 88,20%;
21. A ampliação das redes de abastecimento de água, com uma despesa de investimento de 66.033,66 €, e uma taxa de execução de 62,89% que, naturalmente, não contempla todo o volume de despesas que nesta área não é incluída nas GOP's e é tratada simplesmente como despesa corrente, designadamente a relacionada com pessoal e aquisição de bens e de serviços;
22. A realização de feiras e certames de divulgação e promoção de produtos endógenos da iniciativa da autarquia, cuja despesa ascendeu a 106.236,25 €, com uma taxa de realização de 81,72%, bem como a apoio ao mesmo tipo de realizações prestado a freguesias e entidades sem fins lucrativos, no montante de 50.549,85 €, valor equivalente a uma taxa de execução de 84,25%;
23. O apoio à realização de projetos de dinamização e promoção do setor empresarial local, no montante de 30.897,13 €, com uma taxa de realização de 72,70%;
24. Os investimentos em rede viária e sinalização, que são de execução continuada e representam anualmente valores significativos de despesa de capital, como sejam:
- 24.1 Pontes, aquedutos, muros e obras complementares nas vias municipais – 67.555,85 €; 29,37% de taxa de execução;
- 24.2 Execução, reparação e beneficiação de arruamentos urbanos – 274.817,30 €; 67,03% de taxa de execução;
- 24.3 Execução, reparação e beneficiação de estradas, caminhos e estradões – 260.776,48 €; 42,40% de taxa de execução;
- 24.4 Sinalização toponímica, turística, orientadora, vertical e horizontal de vias municipais – 7.254,90 €; 20,73% de taxa de execução;
25. O Fornecimento e Aplicação de Equipamento em Parques Infantis, com uma despesa realizada de 26.830,40 €, equivalente a 31,57% de taxa de execução;
26. A criação e apetrechamento do Parque Infantil de São Paio de Gramaços, que gerou uma despesa de 16.101,08 €, correspondente a 80,51% do montante orçamentado;
27. O Reordenamento do Estaleiro Municipal que, embora ainda não tenha correspondido ao projeto global de intervenção que o executivo em permanência pretende levar a efeito, gerou despesas na melhoria e adaptação de alguns setores no valor de 36.159,30 €, equivalente a uma taxa de execução de 27,81%;



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL CÂMARA MUNICIPAL

28. O apoio aos investimentos por parte das freguesias no montante de 664.035,20 €, a que deve acrescer-se o montante de 33.937,51 € atribuído para apoio à realização de eventos e atividades relevantes de natureza diversa, bem como o montante de 17.500,00 € destinado à aquisição de viaturas, verbas que no seu conjunto representam 96,62% do respetivo montante previsto;
29. Os encargos com amortizações de empréstimos, cujo montante ascendeu em 2011 a 468.258,92 €, que todos eles foram cumpridos integralmente, representando uma proporção de 81,44% face ao orçamentado.

Tal como referido antes, alguns dos investimentos destacados foram ou são ainda objeto de financiamento através do QREN. Nessa medida, justifica-se a apresentação do ponto de situação de todos os projetos financiados com referência a 31 de dezembro de 2011 e que, portanto, apenas refletem a aplicação do I Memorando de Entendimento entre o Governo e a ANMP, designadamente através da atualização para 80% das taxas de comparticipação. Entretanto, com a aprovação do II Memorando de Entendimento, parte das despesas realizadas em cada projeto poderão beneficiar de uma comparticipação de 85%, embora o reflexo dessas medidas careça ainda de concretização depois de terem sido recentemente aprovadas as alterações aos regulamentos específicos.

Quanto às candidaturas apresentadas e aprovadas, incluindo aquelas relativamente às quais foram submetidos pedidos de reprogramação, a situação é a seguinte:

Designação do Projecto	Valor Total de Investimento	Valor Elegível	Comparticipação		Despesa realizada	P.P. apresentados	P.P. Reembolsados	Saldo Comparticipação
			Valor	%				
Remodelação e Ampliação da EB1/II de Oliveira do Hospital	495.425,47 €	431.224,50 €	344.979,60 €	80,000%	410.987,58 €	328.790,06 €	327.729,95 €	17.249,65 €
Benef. Rectif. e Pavim. da EM 504 entre Lagares da Beira/Limite do Concelho e Benef. Rectif. e Pavim. da EM 504-2, entre à EM 504 e a povoação de Meruge	682.009,22 €	679.252,97 €	543.402,38 €	80,000%	679.252,97 €	543.402,38 €	454.672,81 €	88.729,57 €
Requalificação Urbanística do Largo Rib. Amaral e Req. Da Av. 5 de Outubro, da Rua Gen. Santos Costa e Rua Prof. Antunes Varela, em Oliv. Hospital	2.627.339,68 €	2.203.068,55 €	1.762.454,84 €	80,000%	2.189.467,84 €	1.751.574,27 €	1.672.319,50 €	90.135,34 €
Estrada do Vale do Alva - 3.ª Fase: Troço III Aldeia das Dez/Vale de Maceira	1.280.142,94 €	1.278.201,32 €	1.022.561,05 €	80,000%	1.215.593,81 €	972.332,67 €	920.903,21 €	101.657,84 €
Remodelação da Casa dos Magistrados para Biblioteca Municipal	860.349,07 €	800.603,49 €	640.482,79 €	80,000%	799.590,18 €	639.672,13 €	608.458,16 €	32.024,63 €
Instalação de Equipamentos Informativos constituídos por Quiosques Multimédia de Exterior e de Equipamentos de Recolha de RSU Valorizáveis e Indiferenciados	176.374,05 €	176.374,05 €	141.099,24 €	80,000%	176.374,05 €	141.099,24 €	134.043,77 €	7.055,47 €
Soma	6.121.640,43 €	5.568.724,88 €	4.454.979,90 €	80,000%	5.471.266,43 €	4.376.870,76 €	4.118.127,40 €	336.852,50 €

Os projetos contidos no quadro anterior dizem respeito às candidaturas já concluídas em termos de realização física e financeira, existindo relativamente aos mesmos um saldo de comparticipação FEDER a receber no montante de 336.852,50 €.

Vale a pena destacar, relativamente ao mesmo quadro que, relativamente a projetos aprovados e encerrados, o ano de 2011 representou uma realização de despesa de 5.471.266,43 € que contrasta com o valor de despesa realizada em 2010 que havia sido de 1.125.672,01 € para os projetos então encerrados. Além disso, é igualmente relevante



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

que, relativamente aos projetos já encerrados, o montante de comparticipações aprovadas ascendeu a quase 4,5 milhões de euros, dos quais apenas os já referidos 336.852,50 € estão por receber e que, na prática, correspondem à retenção de 5% feita em cada projeto até que o fecho dos mesmos ocorra de forma definitiva após as respetivas operações de controlo no final de cada realização física e financeira.

Relativamente à observação a) contida no mesmo quadro, esta significa que:

- a) Para os projetos indicados foram já apresentados os respetivos pedidos de pagamento final e relatórios finais de execução.

PROJECTOS APRESENTADOS E COM DECISÃO DESFAVORÁVEL NO ÂMBITO DO QREN					
Designação do Projecto	Valor Total de Investimento	Valor Elegível	Comparticipação		C.O.S.
			Valor	%	
Saneamento e Abastecimento de Água a Casal do Abade, Pinheirinho, Quinta do Outeiro e Cabeçadas	608.242,55 €	557.325,01 €	445.860,01 €	80,000%	
Soma	608.242,55 €	557.325,01 €	445.860,01 €	80,000%	

O quadro acima identifica o projeto que havia sido submetido a candidatura através do regulamento específico "Ciclo Urbano da Água – Vertente em Baixa, Modelo não Verticalizado", mas que não veio a merecer aprovação com fundamento no facto de não ter enquadramento no conceito de modelo não verticalizado, ou seja, não se trata de um sistema totalmente independente do sistema de abastecimento em alta, que se encontra sob concessão à Águas do Zêzere e Côa, uma vez que a origem da água para abastecimento às localidades em causa é o próprio sistema em alta, através da adutora que percorre a EN 17.

PROJECTOS APROVADOS E NÃO ENCERRADOS NO ÂMBITO DO QREN - QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICA NACIONAL									
Designação do Projecto	Valor Total de Investimento	Valor Elegível	Comparticipação		Despesa realizada	P.P. apresentados	%	P.P. Reembolsados	Saldo Participação
			Valor	%					
Rectificação e Pavimentação da EM 509 - Nogueira do Cravo / Aldeia de Nogueira / Oliveira do Hospital	907.080,21 €	907.080,21 €	725.664,17 €	80,000%	735.037,40 €	588.029,92 €	588.029,92 €	137.634,25 €	
Execução da Revisão do Plano de Pormenor da Zona Industrial de Oliveira do Hospital - Infraestruturas Fase I	491.154,54 €	482.565,73 €	386.052,58 €	80,000%	326.376,04 €	261.100,82 €	261.100,82 €	124.944,56 €	
Centro Educativo de Nogueira do Cravo	1.219.300,49 €	935.293,63 €	748.234,90 €	80,000%	324.356,62 €	200.037,19 €	200.037,19 €	548.197,71 €	
Ligações Técnicas de Saneamento de Oliveira do Hospital - Seixo da Beira - Fase II	426.447,38 €	325.505,79 €	260.404,63 €	80,000%	159.668,41 €	127.734,73 €	127.734,73 €	132.669,90 €	
Requalificação do Centro Histórico de Aldeia das Dez	164.829,99 €	164.829,99 €	115.380,99 €	70,000%	107.603,61 €	75.322,53 €	56.491,90 €	58.889,09 €	
Requalificação da envolvente da Praia Fluvial da Ilha do Picóto, em Avô	124.204,66 €	124.204,66 €	75.000,98 €	60,385%	34.212,40 €	20.659,16 €	15.494,37 €	59.506,61 €	
Requalificação Urbanística da Av. D. Manuel I e Av. Nova, em Ervedal da Beira	371.185,73 €	358.160,32 €	181.999,17 €	50,815%	297.847,07 €	151.350,99 €	0,00 €	181.999,17 €	
Soma	3.704.203,00 €	3.297.640,33 €	2.492.737,42 €	75,592%	1.985.101,55 €	1.424.235,34 €	1.248.896,13 €	1.243.841,29 €	

Os projetos transcritos no quadro anterior referem-se às candidaturas que foram já objeto de decisão e aprovação por parte da Autoridade de Gestão do MaisCentro, as quais se encontram em fase de conclusão ou de execução.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL CÂMARA MUNICIPAL

Como se pode verificar, este conjunto de projetos representa um montante FEDER a reembolsar de quase 2,5 milhões de euros que, acrescidos ao valor dos projetos já encerrados, corresponde a um total de quase 7 milhões de euros e que, com as perspetivas para os novos fundos comunitários, dificilmente voltará a ser alcançado.

Relativamente às observações contidas no mesmo quadro, deve referir-se:

- b) Este projeto encontra-se praticamente concluído, aguardando-se a elaboração do auto de medição final e a celebração do auto de receção provisória da obra, de modo a permitir o seu encerramento junto do PO Regional do Centro;
- c) Tal como o anterior, também este projeto se encontra em fase de conclusão e em condições de brevemente ser concretizado o seu encerramento junto do Programa Operacional Regional do Centro;
- d) Este projeto encontra-se aprovado tendo por base o valor da adjudicação inicial, mas com uma penalização de 25% no valor do investimento elegível, por efeito da recusa de Visto por parte do Tribunal de Contas. Como é sabido e não obstante a possibilidade legal para assim ter procedido, a escolha da modalidade de concurso público urgente não foi aprovada pelo Tribunal de Contas, de que resultou, por força da aplicação dos regulamentos FEDER, uma penalização no valor do investimento elegível e, por conseguinte, no montante de financiamento aprovado. Uma vez que foi desenvolvido novo procedimento de contratação pública e considerando a necessidade de introduzir na candidatura as despesas com o apetrechamento do Centro Escolar até ao limite dos valores de referência permitidos pelo regulamento específico, será promovida a apresentação de uma reprogramação do projeto, de modo a anular a penalização aplicada e a acomodar como investimento elegível as despesas com mobiliário, material didático e material informático.
- e) Tal como já referido anteriormente, este projeto encontra-se aprovado e em execução, tendo o processo transitado para o POVT, sem quaisquer modificações nos valores ou taxas de financiamento, pelo que resta proceder à apresentação dos pedidos de pagamento até à sua conclusão e encerramento.
- f) Ambos os projetos se encontram aprovados no âmbito da Rede das Aldeias de Xisto, embora ainda sem a aplicação de uma taxa de comparticipação de 80%. Com a aprovação dos novos regulamentos que se seguiu ao II Memorando será possível submeter à aprovação da Autoridade de Gestão os respetivos pedidos de reprogramação, que se espera venham a ser contemplados favoravelmente.
- g) Este projeto foi objeto de candidatura através do pacote da contratualização no âmbito da CIMPIN, a qual foi já aprovada, mas ainda não foi realizada qualquer despesa uma vez que, por inexistência de Visto do Tribunal de Contas no final do exercício, entretanto já concedido, tal não era possível legalmente.

Justifica-se, agora uma análise abrangente à execução do Orçamento e do Plano Plurianual de Investimentos, razão pela qual se apresentam os seguintes quadros:



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

Classif. Orgânica da Despesa		Dotações iniciais	Dotações corrigidas	Variação Previsões %	Despesa Paga Total	Variações e taxas de execução	
Classif.	Designação					€	%
01	Educação e Formação Profissional	2.696.000,00 €	1.900.500,00 €	-29,51%	758.972,21 €	-1.141.527,79 €	39,94%
001	Ensino Pré-escolar	39.000,00 €	67.000,00 €	71,79%	39.793,81 €	-27.206,19 €	59,39%
002	Ensino básico, secundário e profissional	1.631.500,00 €	1.764.500,00 €	8,15%	673.322,07 €	-1.091.177,93 €	38,16%
003	Ensino superior	1.025.500,00 €	69.000,00 €	-93,27%	45.856,33 €	-23.143,67 €	66,46%
02	Cultura, Desporto e Tempos Livres	2.058.500,00 €	2.419.000,00 €	17,51%	1.595.828,41 €	-823.171,59 €	65,97%
001	Cultura	988.500,00 €	1.197.500,00 €	21,14%	855.919,46 €	-341.580,54 €	71,48%
002	Desporto	1.030.000,00 €	1.201.000,00 €	16,60%	723.808,95 €	-477.191,05 €	60,27%
003	Tempos Livres	40.000,00 €	20.500,00 €	-48,75%	16.100,00 €	-4.400,00 €	78,54%
03	Solidariedade e Acção Social	362.500,00 €	295.500,00 €	-18,48%	116.470,72 €	-179.029,28 €	39,41%
001	Creches	10.000,00 €	11.000,00 €	10,00%	5.398,97 €	-5.601,03 €	49,08%
002	ATL's, centros de dia e lares de 3.ª idade	107.000,00 €	172.000,00 €	60,75%	86.751,43 €	-85.248,57 €	50,44%
003	Outras infra-estruturas de acção social	58.500,00 €	56.500,00 €	-3,42%	3.660,63 €	-52.839,37 €	6,48%
004	Implementação da rede social	1.500,00 €	1.500,00 €	0,00%	0,00 €	-1.500,00 €	0,00%
005	Assistência a carenciados	150.000,00 €	23.000,00 €	-84,67%	3.541,93 €	-19.458,07 €	15,40%
006	Habituação social	25.000,00 €	27.000,00 €	8,00%	16.617,76 €	-10.382,24 €	61,55%
007	Apoio a campanhas de solidariedade	10.500,00 €	4.500,00 €	-57,14%	500,00 €	-4.000,00 €	11,11%
04	Saúde	170.000,00 €	220.000,00 €	29,41%	50.000,00 €	-170.000,00 €	22,73%
001	Extensões de saúde	155.000,00 €	155.000,00 €	0,00%	0,00 €	-155.000,00 €	0,00%
002	Outras infra-estruturas de saúde	15.000,00 €	65.000,00 €	333,33%	50.000,00 €	-15.000,00 €	76,92%
05	Habituação e Urbanismo	1.363.000,00 €	1.403.000,00 €	2,93%	376.337,90 €	-1.026.662,10 €	26,82%
001	Habituação	2.000,00 €	2.000,00 €	0,00%	0,00 €	-2.000,00 €	0,00%
002	Planeamento urbanístico	226.000,00 €	111.000,00 €	-50,88%	0,00 €	-111.000,00 €	0,00%
003	Iluminação pública	15.000,00 €	65.000,00 €	333,33%	17.158,18 €	-47.841,82 €	26,40%
004	Urbanização	70.000,00 €	50.000,00 €	-28,57%	0,00 €	-50.000,00 €	0,00%
005	Intervenções de requalificação urbanística	1.050.000,00 €	1.175.000,00 €	11,90%	359.179,72 €	-815.820,28 €	30,57%
06	Saneamento e Salubridade	1.415.000,00 €	1.291.000,00 €	-8,76%	453.953,07 €	-837.046,93 €	35,16%
001	Saneamento	1.125.000,00 €	1.011.000,00 €	-10,13%	325.292,73 €	-685.707,27 €	32,18%
002	Higiene pública	120.000,00 €	160.000,00 €	33,33%	86.249,02 €	-73.750,98 €	53,91%
003	Cemitérios	170.000,00 €	120.000,00 €	-29,41%	42.411,32 €	-77.588,68 €	35,34%
07	Segurança e Protecção Civil	337.500,00 €	531.500,00 €	57,48%	373.926,70 €	-157.573,30 €	70,35%
002	Corporações de bombeiros	210.000,00 €	215.500,00 €	2,62%	190.075,19 €	-25.424,81 €	88,20%
003	Prevenção e combate a fogos florestais	97.500,00 €	286.000,00 €	193,33%	183.851,51 €	-102.148,49 €	64,28%
004	Serviço municipal de protecção civil	5.000,00 €	5.000,00 €	0,00%	0,00 €	-5.000,00 €	0,00%
005	Intempéries /situações de calamidade	25.000,00 €	25.000,00 €	0,00%	0,00 €	-25.000,00 €	0,00%
08	Desenv. Económico e Abastecimento Público	2.354.000,00 €	2.278.500,00 €	-3,21%	805.807,42 €	-1.472.692,58 €	35,37%
001	Água	750.000,00 €	825.000,00 €	10,00%	276.066,74 €	-548.933,26 €	33,46%
002	Turismo	237.500,00 €	129.000,00 €	-45,68%	4.644,48 €	-124.355,52 €	3,60%
003	Mercados e Feiras	360.000,00 €	232.000,00 €	-35,56%	24.068,11 €	-207.931,89 €	10,37%
004	Eventos dinamizadores da activ. económica	180.000,00 €	250.000,00 €	38,89%	156.786,10 €	-93.213,90 €	62,71%
005	Espaços de localiz. empresarial e incubação	724.000,00 €	724.000,00 €	0,00%	284.076,48 €	-439.923,52 €	39,24%
006	Urbanismo comercial	52.500,00 €	77.500,00 €	47,62%	57.897,13 €	-19.602,87 €	74,71%
007	Programa municipal de fomento empresarial	50.000,00 €	41.000,00 €	-18,00%	2.268,38 €	-38.731,62 €	5,53%
09	Comunicações e Transportes	3.871.000,00 €	4.571.000,00 €	18,08%	2.230.977,90 €	-2.340.022,10 €	48,81%
001	Rede viária e sinalização	3.271.000,00 €	3.971.000,00 €	21,40%	2.227.253,52 €	-1.743.746,48 €	56,09%
002	Transportes	530.000,00 €	530.000,00 €	0,00%	0,00 €	-530.000,00 €	0,00%
003	Estacionamento	70.000,00 €	70.000,00 €	0,00%	3.724,38 €	-66.275,62 €	5,32%
10	Defesa do Meio Ambiente	203.500,00 €	229.500,00 €	12,78%	54.203,42 €	-175.296,58 €	23,62%
001	Prevenção monitoriz. e combate à poluição	16.000,00 €	16.000,00 €	0,00%	0,00 €	-16.000,00 €	0,00%
002	Parques e jardins	150.000,00 €	186.000,00 €	24,00%	51.128,42 €	-134.871,58 €	27,49%
003	Recursos naturais	22.500,00 €	22.500,00 €	0,00%	0,00 €	-22.500,00 €	0,00%
004	Educação e sensibilização ambiental	15.000,00 €	5.000,00 €	-66,67%	3.075,00 €	-1.925,00 €	61,50%
11	Modernização dos Serviços	827.500,00 €	492.500,00 €	-40,48%	276.221,58 €	-216.278,42 €	56,09%
001	Órgãos autárquicos	66.000,00 €	26.000,00 €	-60,61%	1.498,05 €	-24.501,95 €	5,76%
002	Racionalização	142.000,00 €	187.000,00 €	31,69%	107.826,20 €	-79.173,80 €	57,66%
003	Edifício dos Paços do Concelho	5.000,00 €	135.000,00 €	2600,00%	128.294,74 €	-6.705,26 €	95,03%
004	Estaleiro municipal	614.500,00 €	144.500,00 €	-76,48%	38.602,59 €	-105.897,41 €	26,71%
12	Descentralização	660.000,00 €	740.500,00 €	12,20%	715.472,71 €	-25.027,29 €	96,62%
001	Freguesias	660.000,00 €	740.500,00 €	12,20%	715.472,71 €	-25.027,29 €	96,62%
13	Administração Financeira	602.500,00 €	602.500,00 €	0,00%	468.258,92 €	-134.241,08 €	77,72%
001	Empréstimos	575.000,00 €	575.000,00 €	0,00%	468.258,92 €	-106.741,08 €	81,44%
002	Activos financeiros	25.000,00 €	25.000,00 €	0,00%	0,00 €	-25.000,00 €	0,00%
003	Outros	2.500,00 €	2.500,00 €	0,00%	0,00 €	-2.500,00 €	0,00%
14	Protocolos de Geminação	15.000,00 €	11.000,00 €	-26,67%	0,00 €	-11.000,00 €	0,00%
001	Cidade de Santana, Cantagalo, São Tomé Pr.	15.000,00 €	11.000,00 €	-26,67%	0,00 €	-11.000,00 €	0,00%
15	Tecnologia e Inovação	197.000,00 €	147.000,00 €	-25,38%	52.584,31 €	-94.415,69 €	35,77%
001	Generalização do uso de TIC's	32.000,00 €	32.000,00 €	0,00%	1.584,31 €	-30.415,69 €	4,95%
002	Incremento da inovação e do conhecimento	165.000,00 €	115.000,00 €	-30,30%	51.000,00 €	-64.000,00 €	44,35%
16	Participação em Assoc. de Municípios	12.500,00 €	12.500,00 €	0,00%	1.200,00 €	-11.300,00 €	9,60%
002	Comum. Intermun. Pinhal Interior Norte	12.500,00 €	12.500,00 €	0,00%	1.200,00 €	-11.300,00 €	9,60%
TOTAL DAS GOP E TAXAS DE EXECUÇÃO		17.145.500,00 €	17.145.500,00 €	0,00%	8.330.215,27 €	-8.815.284,73 €	48,59%



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

CÂMARA MUNICIPAL

Classif. Orgânica da Despesa		Despesa Paga Total (2011)	Ponderações %	Despesa Paga Total (2010)	Ponderações %	Variações (2011-2010)	
Classif.	Designação					€	%
01	Educação e Formação Profissional	758.972,21 €	9,11%	369.204,83 €	5,87%	389.767,38 €	105,57%
001	Ensino Pré-escolar	39.793,81 €	0,48%	4.727,98 €	0,08%	35.065,83 €	741,67%
002	Ensino básico, secundário e profissional	673.322,07 €	8,08%	352.625,65 €	5,60%	320.696,42 €	90,95%
003	Ensino superior	45.856,33 €	0,55%	11.851,20 €	0,19%	34.005,13 €	286,93%
02	Cultura, Desporto e Tempos Livres	1.595.828,41 €	19,16%	1.258.346,24 €	20,00%	337.482,17 €	26,82%
001	Cultura	855.919,46 €	10,27%	611.906,33 €	9,72%	244.013,13 €	39,88%
002	Desporto	723.808,95 €	8,69%	617.059,06 €	9,81%	106.749,89 €	17,30%
002	Tempos livres	16.100,00 €	0,19%	29.380,85 €	0,47%	-13.280,85 €	-45,20%
03	Solidariedade e Acção Social	116.470,72 €	1,40%	66.446,24 €	1,06%	50.024,48 €	75,29%
001	Creches	5.398,97 €	0,06%	354,81 €	0,01%	5.044,16 €	1421,65%
002	ATL's, centros de dia e lares de 3.ª idade	86.751,43 €	1,04%	47.861,51 €	0,76%	38.889,92 €	81,26%
003	Outras infra-estruturas de acção social	3.660,63 €	0,04%	0,00 €	0,00%	3.660,63 €	0,00%
004	Implementação da rede social	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
005	Assistência a carenciados	3.541,93 €	0,04%	8.473,80 €	0,13%	-4.931,87 €	-58,20%
006	Habituação social	16.617,76 €	0,20%	8.656,12 €	0,14%	7.961,64 €	91,98%
007	Apoio a campanhas de solidariedade	500,00 €	0,01%	1.100,00 €	0,02%	-600,00 €	-54,55%
04	Saúde	50.000,00 €	0,60%	0,00 €	0,00%	50.000,00 €	0,00%
001	Extensões de saúde	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
002	Outras infra-estruturas de saúde	50.000,00 €	0,60%	0,00 €	0,00%	50.000,00 €	0,00%
05	Habituação e Urbanismo	376.337,90 €	4,52%	171.534,33 €	2,73%	204.803,57 €	119,40%
001	Habituação	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
002	Planeamento urbanístico	0,00 €	0,00%	45.000,00 €	0,72%	-45.000,00 €	-100,00%
003	Iluminação pública	17.158,18 €	0,21%	17.418,08 €	0,28%	-259,90 €	-1,49%
004	Urbanização	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
005	Intervenções de requalificação urbanística	359.179,72 €	4,31%	109.116,25 €	1,73%	250.063,47 €	229,17%
06	Saneamento e Salubridade	453.953,07 €	5,45%	208.768,75 €	3,32%	245.184,32 €	117,44%
001	Saneamento	325.292,73 €	3,90%	48.208,74 €	0,77%	277.083,99 €	574,76%
002	Higiene pública	86.249,02 €	1,04%	122.222,67 €	1,94%	-35.973,65 €	-29,43%
003	Cemitérios	42.411,32 €	0,51%	38.337,34 €	0,61%	4.073,98 €	10,63%
07	Segurança e Protecção Civil	373.926,70 €	4,49%	240.451,56 €	3,82%	133.475,14 €	55,51%
002	Corporações de bombeiros	190.075,19 €	2,28%	223.525,26 €	3,55%	-33.450,07 €	-14,96%
003	Prevenção e combate a fogos florestais	183.851,51 €	2,21%	16.926,30 €	0,27%	166.925,21 €	986,19%
004	Serviço municipal de protecção civil	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
005	Intempéries / situações de calamidade	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
08	Desenv. Económico e Abastecimento Público	805.807,42 €	9,67%	295.668,83 €	4,70%	510.138,59 €	172,54%
001	Água	276.066,74 €	3,31%	76.806,00 €	1,22%	199.260,74 €	259,43%
002	Turismo	4.644,48 €	0,06%	1.955,65 €	0,03%	2.688,83 €	137,49%
003	Mercados e Feiras	24.068,11 €	0,29%	7.640,75 €	0,12%	16.427,36 €	215,00%
004	Eventos dinamizadores da activ. económica	156.786,10 €	1,88%	112.067,97 €	1,78%	44.718,13 €	39,90%
005	Espaços de localiz. empresarial e incubação	284.076,48 €	3,41%	35.500,89 €	0,56%	248.575,59 €	700,20%
006	Urbanismo comercial	57.897,13 €	0,70%	54.965,95 €	0,87%	2.931,18 €	5,33%
007	Programa municipal de fomento empresarial	2.268,38 €	0,03%	6.731,62 €	0,11%	-4.463,24 €	-66,30%
09	Comunicações e Transportes	2.230.977,90 €	26,78%	2.800.326,11 €	44,50%	-569.348,21 €	-20,33%
001	Rede viária e sinalização	2.227.253,52 €	26,74%	2.712.004,32 €	43,09%	-484.750,80 €	-17,87%
002	Transportes	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
003	Estacionamento	3.724,38 €	0,04%	88.321,79 €	1,40%	-84.597,41 €	-95,78%
10	Defesa do Meio Ambiente	54.203,42 €	0,65%	69.743,87 €	1,11%	-15.540,45 €	-22,28%
001	Prevenção monitoriz. e combate à poluição	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
002	Parques e jardins	51.128,42 €	0,61%	68.948,87 €	1,10%	-17.820,45 €	-25,85%
003	Recursos naturais	0,00 €	0,00%	795,00 €	0,01%	-795,00 €	-100,00%
004	Educação e sensibilização ambiental	3.075,00 €	0,04%	0,00 €	0,00%	3.075,00 €	0,00%
11	Modernização dos Serviços	276.221,58 €	3,32%	59.044,17 €	0,94%	217.177,41 €	367,82%
001	Órgãos autárquicos	1.498,05 €	0,02%	2.981,03 €	0,05%	-1.482,98 €	-49,75%
002	Racionalização	107.826,20 €	1,29%	34.121,42 €	0,54%	73.704,78 €	216,01%
003	Edifício dos Paços do Concelho	128.294,74 €	1,54%	15,98 €	0,00%	128.278,76 €	802745,68%
004	Estaleiro municipal	38.602,59 €	0,46%	21.925,74 €	0,35%	16.676,85 €	76,06%
12	Descentralização	715.472,71 €	8,59%	229.192,93 €	3,64%	486.279,78 €	212,17%
001	Freguesias	715.472,71 €	8,59%	229.192,93 €	3,64%	486.279,78 €	212,17%
13	Administração Financeira	468.258,92 €	5,62%	515.691,52 €	8,19%	-47.432,60 €	-9,20%
001	Empréstimos	468.258,92 €	5,62%	407.565,52 €	6,48%	60.693,40 €	14,89%
002	Activos financeiros	0,00 €	0,00%	7.000,00 €	0,11%	-7.000,00 €	-100,00%
003	Outros	0,00 €	0,00%	101.126,00 €	1,61%	-101.126,00 €	-100,00%
14	Protocolos de Geminação	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
001	Cidade de Santana, Cantagalo, São Tomé Pr.	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
15	Tecnologia e Inovação	52.584,31 €	0,63%	1.392,79 €	0,02%	51.191,52 €	3675,47%
001	Generalização do uso de TIC's	1.584,31 €	0,02%	1.392,79 €	0,02%	191,52 €	13,75%
001	Incremento da inovação e do conhecimento	51.000,00 €	0,61%	0,00 €	0,00%	51.000,00 €	0,00%
16	Participação em Assoc. de Municípios	1.200,00 €	0,01%	7.353,27 €	0,12%	-6.153,27 €	-83,68%
001	Comum. Intermun. Pinhal Interior Norte	1.200,00 €	0,01%	7.353,27 €	0,12%	-6.153,27 €	-83,68%
TOTAL DE DESPESAS.....		8.330.215,27 €	100,00%	6.293.165,44 €	100,00%	2.037.049,83 €	32,37%



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

Em primeiro lugar, a análise comparativa entre previsão e execução das GOP's, fornece informação sobre as dotações iniciais, as dotações corrigidas após modificações às GOP's, a despesa paga total, a variação absoluta entre despesa paga total e dotações corrigidas e a taxa de execução face às dotações corrigidas. O mesmo quadro identifica cada um dos Objetivos das GOP's e respetiva desagregação em Programas, sendo que a taxa de execução global foi de 48,59% que, em comparação com a taxa de realização de 36,13% obtida em 2010, representa um acréscimo significativo na capacidade de realização dos investimentos e despesas mais relevantes que haviam sido previstos.

Como vem sendo habitual ao longo dos anos, alguns dos objetivos das GOP's apresentam diferenças significativas entre os valores previstos e os realizados e que resultam, na maior parte dos casos, do excesso de previsão que sempre orienta a conceção e construção dos documentos previsionais, tendo em vista a obtenção de uma maior elasticidade que permita a acomodação de projetos que possam vir a beneficiar de fontes de financiamento que, em situação normal, não seriam expectáveis.

Os maiores desvios relativos verificaram-se em Saúde, Habitação e Urbanismo, Defesa do Meio Ambiente, Protocolos de Geminação e Participação em Associações de Municípios, com taxas de execução inferiores a 30%, enquanto que, em valores absolutos, as diferenças entre realização e previsão são mais substanciais em Educação e Formação Profissional, em Urbanismo e Habitação, em Desenvolvimento Económico e Abastecimento Público e em Comunicações e Transportes, onde são mais evidentes as situações em que, tendo sido prevista a realização de determinados investimentos, estes não vieram a concretizar-se na medida do desejável por falta manifesta de condições de sustentabilidade em termos financeiros.

O segundo quadro, que fornece a perspetiva de análise da evolução verificada no biénio, relativamente à despesa paga total refletida nas Grandes Opções do Plano, mostra também as ponderações, face ao total, de cada um dos objetivos e sua desagregação em Programas, bem como a variação absoluta e relativa ocorrida entre os dois exercícios analisados.

Destaca-se desde logo o já anteriormente referido crescimento do montante global realizado das GOP's face ao ano de 2010, em 2.037.049,83 €, representando 32,37% e que é fruto, não apenas da capacidade de concretização colocada em cada um dos projetos, mas também da obtenção atempada das fontes de financiamento previstas e aprovadas para aqueles projetos que beneficiaram de apoio financeiro externo.

Percorrendo os diferentes Objetivos pode verificar-se que mais uma vez o Objetivo "Comunicações e Transportes" apresenta uma ponderação predominante face aos restantes, embora numa dimensão muito inferior ao valor relativo que vinha apresentando nos últimos anos e que demonstra agora que esta vertente do investimento municipal está a ser progressivamente substituída por outro tipo de necessidades, como aconteceu em 2011 com as áreas da Educação e Formação Profissional, da Cultura, Desporto e Tempos Livres, do Saneamento e Salubridade e do Desenvolvimento Económico e Abastecimento Público.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

Mesmo assim, este objetivo continua a apresentar em valores absolutos um montante muito significativo, de mais de 2,2 milhões de euros, sendo inferior ao registado em 2010 em apenas 570 mil euros, ou seja, cerca de 20% a menos.

Tratou-se, mais uma vez, de dar continuidade à concretização dos grandes investimentos na rede viária a que a Câmara Municipal se propôs, quer os que foram objeto de financiamento, quer mesmo alguns outros cujo encargo foi assumido totalmente pelo orçamento municipal, como foram os casos das beneficiações das EM 507 e 507-1 e da ligação a Lajeosa e Lagos da Beira, cuja 1.ª fase foi já concluída.

O segundo grande objetivo com maior expressão face ao total das GOP's é o respeitante à Cultura, Desporto e Tempos Livres, que apresenta novamente uma proporção de cerca de 20%, que é consequência, não apenas da conclusão dos investimentos relativos à Remodelação da Casa dos Magistrados para Biblioteca Municipal e aos equipamentos desportivos e de lazer na freguesia de Seixo da Beira, mas também ao volume de apoios às coletividades culturais e do desporto. Em termos absolutos, este Objetivo representou uma despesa de quase 1,6 milhões de euros, mais 337 mil euros que em 2010.

Além disso, ganharam particular importância no contexto do total da despesa incorporada nas GOP's os objetivos relativos ao Desenvolvimento Económico e Abastecimento Público, com mais de 800 mil euros e que integra os investimentos em abastecimento de água e nos espaços industriais, entre outros, bem como o relativo à Educação e Formação Profissional, com um volume de despesa superior a 750 mil euros, que integra o apoio à educação e os investimentos no parque escolar e ainda o relativo à Descentralização, com 715.472,71 €, integralmente destinado ao apoio às freguesias.

Ao longo do ano de 2011 e relativamente às GOP's foram levadas a efeito modificações que, embora destinadas a operar movimentos de transferência de verbas duns projetos para outros, não alteraram o valor global, que se manteve no seu montante inicial de € 17.145.500,00. O quadro seguinte resume o somatório das inscrições e reforços, das diminuições e anulações, bem como o resultado final obtido em relação às dotações inscritas nas Grandes Opções do Plano.

Classif. Económica da Despesa	Dotações Iniciais	Inscrições e Reforços	Diminuições e Anulações	Total de Modificações	Dotações Finais
TOTAIS DAS GOP'S	17.145.500,00 €	3.073.500,00 €	-3.073.500,00 €	0,00 €	17.145.500,00 €
VARIAÇÃO FACE AO MONTANTE DE DOTAÇÕES INICIAIS ...					0,00%



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

ANÁLISE ESPECÍFICA AO ANO ECONÓMICO – ORÇAMENTO

Quanto à análise à execução orçamental referente ao ano de 2011, confirmou-se uma tendência de estabilização das taxas de execução da receita e da despesa face aos valores orçamentados, ligeiramente acima dos 60%, o que acompanha os registos dos últimos anos.

Classif. Económica da Receita		Previsões iniciais	Previsões corrigidas	Variação	Receita Cobrada Líquida	Variações e taxas de execução	
Classif.	Designação			Previsões		%	€
01	Impostos directos	2.224.000,00 €	2.224.000,00 €	0,00%	2.451.390,24 €	227.390,24 €	110,22%
02	Impostos indirectos	232.500,00 €	232.500,00 €	0,00%	81.927,31 €	-150.572,69 €	35,24%
04	Taxas, multas e outras penalidades	1.100.500,00 €	1.100.500,00 €	0,00%	943.546,51 €	-156.953,49 €	85,74%
05	Rendimentos da propriedade	766.000,00 €	766.000,00 €	0,00%	813.345,04 €	47.345,04 €	106,18%
06	Transferências correntes	6.659.600,00 €	6.659.600,00 €	0,00%	5.244.799,48 €	-1.414.800,52 €	78,76%
07	Venda de bens e serviços correntes	1.984.650,00 €	1.984.650,00 €	0,00%	1.245.501,32 €	-739.148,68 €	62,76%
08	Outras receitas correntes	119.560,00 €	119.560,00 €	0,00%	27.008,78 €	-92.551,22 €	22,59%
	TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	13.086.810,00 €	13.086.810,00 €	0,00%	10.807.518,68 €	-2.279.291,32 €	82,58%
09	Venda de bens de investimento	750.000,00 €	750.000,00 €	0,00%	5.209,88 €	-744.790,12 €	0,69%
10	Transferências de capital	12.664.190,00 €	12.664.190,00 €	0,00%	5.418.571,65 €	-7.245.618,35 €	-57,21%
11	Activos financeiros	5.000,00 €	5.000,00 €	0,00%	0,00 €	-5.000,00 €	-100,00%
12	Passivos financeiros			0,00%	0,00 €	0,00 €	0,00%
13	Outras receitas de capital	15.000,00 €	15.000,00 €	0,00%	7.145,59 €	-7.854,41 €	47,64%
	TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	13.434.190,00 €	13.434.190,00 €	0,00%	5.430.927,12 €	-8.003.262,88 €	40,43%
15	Reposições não abatidas nos pagamentos	5.000,00 €	5.000,00 €	0,00%	1.416,61 €	-3.583,39 €	28,33%
16	Saldo da gerência anterior	0,00 €	1.000.000,00 €	0,00%	1.000.000,00 €	0,00 €	100,00%
	TOTAL DE OUTRAS RECEITAS	5.000,00 €	1.005.000,00 €	20000,00%	1.001.416,61 €	-3.583,39 €	-0,36%
	TOTAL DE RECEITAS E TAXA DE EXECUÇÃO	26.526.000,00 €	27.526.000,00 €	3,77%	17.239.862,41 €	-10.286.137,59 €	62,63%

No caso das receitas a taxa de execução foi de 62,63%, em linha com o percurso dos últimos anos e superior à taxa de execução verificada no ano de 2010 que foi de 61,34%, sendo de maior relevância o crescimento verificado em 2011 nas transferências de capital que, em todo o caso, não compensou a não receita relativa a empréstimos, que em 2010 havia sido de 2 milhões de euros nem o decréscimo das transferências do Orçamento de Estado por via do Fundo de Equilíbrio Financeiro – Fundo Social Municipal - Participação Fixa no IRS.

Relativamente às despesas e como adiante se poderá observar no respetivo quadro,

Classif. Económica da Despesa		Previsões iniciais	Previsões corrigidas	Variação	Despesa Paga Total	Variações e taxas de execução	
Classif.	Designação			Previsões		%	€
01	Despesas com o pessoal	4.994.300,00 €	4.487.280,00 €	-10,15%	3.968.849,03 €	-518.430,97 €	88,45%
02	Aquisição de bens e serviços	4.424.700,00 €	5.942.410,00 €	34,30%	4.620.313,92 €	-1.322.096,08 €	77,75%
03	Juros e outros encargos	66.500,00 €	102.570,00 €	54,24%	90.121,07 €	-12.448,93 €	87,86%
04	Transferências correntes	1.298.500,00 €	1.226.440,00 €	-5,55%	1.060.478,98 €	-165.961,02 €	86,47%
05	Subsídios	40.000,00 €	40.500,00 €	1,25%	35.335,43 €	-5.164,57 €	87,25%
06	Outras despesas correntes	180.000,00 €	214.800,00 €	19,33%	201.331,32 €	-13.468,68 €	93,73%
	TOTAL DE DESPESAS CORRENTES	11.004.000,00 €	12.014.000,00 €	9,18%	9.976.429,75 €	-2.037.570,25 €	83,04%
07	Aquisição de bens de capital	12.887.500,00 €	12.887.500,00 €	0,00%	5.212.297,16 €	-7.675.202,84 €	40,44%
08	Transferências de capital	2.032.000,00 €	2.022.000,00 €	-0,49%	1.274.885,34 €	-747.114,66 €	63,05%
09	Activos financeiros	25.000,00 €	25.000,00 €	0,00%	0,00 €	-25.000,00 €	0,00%
10	Passivos financeiros	575.000,00 €	575.000,00 €	0,00%	468.258,92 €	-106.741,08 €	81,44%
11	Outras despesas de capital	2.500,00 €	2.500,00 €	0,00%	0,00 €	-2.500,00 €	0,00%
	TOTAL DE DESPESAS DE CAPITAL	15.522.000,00 €	15.512.000,00 €	-0,06%	6.955.441,42 €	-8.556.558,58 €	-55,16%
	TOTAL DE DESPESAS E TAXA DE EXECUÇÃO	26.526.000,00 €	27.526.000,00 €	3,77%	16.931.871,17 €	-10.594.128,83 €	61,51%

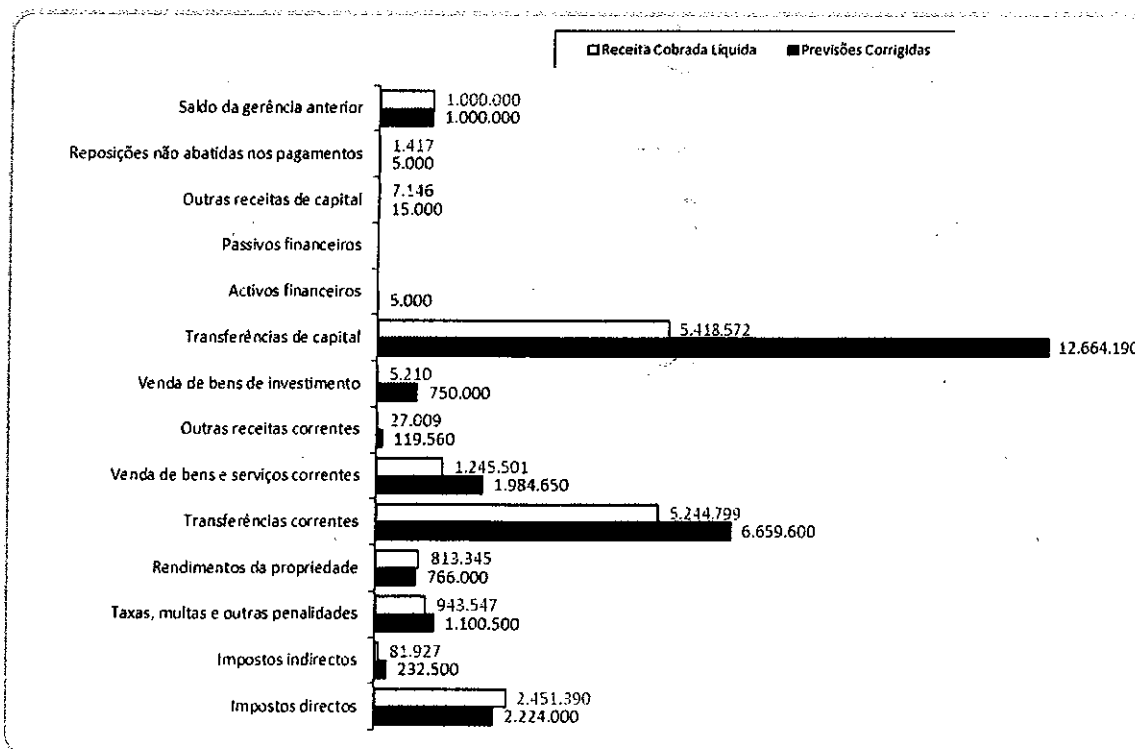


MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL CÂMARA MUNICIPAL

a sua taxa de execução foi de 61,51% e que restabeleceu o nível de variação que vinha sendo registado ao longo dos últimos anos entre previsão e execução do Orçamento. A taxa homóloga registada em 2010 foi de 53,63%, bastante inferior à do ano económico em análise e que encontrou explicações num excesso de previsão de investimentos e de receitas relativas a financiamentos que não foram possíveis de concretizar logo no primeiro ano da previsão, repercutindo-se a sua realização efetiva também no ano seguinte, atenuando assim o efeito que se previa para o primeiro ano.

Em termos relativos, as maiores diferenças nos grandes agregados da receita entre previsões corrigidas e receita cobrada líquida, no exercício económico relativo ao ano de 2011, ocorreram nos impostos indiretos, nas outras receitas correntes, na venda de bens de investimento, nas transferências de capital e nos ativos financeiros, sendo que em termos absolutos a maior variação foi registada nas transferências de capital, que registou um valor excecional. Ainda assim, apesar da boa capacidade de obtenção de financiamentos externos concretizada em 2011, esta não foi suficiente para corrigir o excesso de previsão que o Orçamento evidenciou.

Pode ainda verificar-se, quer nas receitas quer nas despesas, que as previsões corrigidas apresentam um montante superior em 1.000.000,00 € às previsões iniciais que resulta, como adiante se mencionará na parte explicativa referente às modificações orçamentais, da aprovação de uma revisão orçamental por incorporação do saldo da gerência anterior.



No ano em análise as receitas de capital situaram-se na proporção de 31,50% do total das receitas orçamentais realizadas efetivamente, representando um ligeiro decréscimo face ao valor homólogo concretizado no ano anterior, que foi de 34,91%, sendo relevante para esta ligeira diminuição o facto de em 2010 ter havido arrecadação de receitas de capital referentes ao empréstimo, que em 2011 não se repetiu, bem como o facto de



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

aumento significativo verificado nas transferências de capital não ser suficiente para cobrir essa diferença de 2 milhões de euros para menos na receita de empréstimos.

Classif. Económica da Receita		Receita Cobrada	Ponderações	Receita Cobrada	Ponderações	Variações (2011-2010)	
Classif.	Designação	Líquida (2011)	%	Líquida (2010)	%	€	%
01	Impostos directos	2.451.390,24 €	14,22%	2.230.065,23 €	13,79%	221.325,01 €	9,92%
02	Impostos indirectos	81.927,31 €	0,48%	72.112,31 €	0,45%	9.815,00 €	13,61%
04	Taxas, multas e outras penalidades	943.546,51 €	5,47%	948.579,98 €	5,86%	-5.033,47 €	-0,53%
05	Rendimentos da propriedade	813.345,04 €	4,72%	447.208,19 €	2,76%	366.136,85 €	81,87%
06	Transferências correntes	5.244.799,48 €	30,42%	5.635.132,83 €	34,84%	-390.333,35 €	-6,93%
07	Venda de bens e serviços correntes	1.245.501,32 €	7,22%	1.187.951,22 €	7,34%	57.550,10 €	4,84%
08	Outras receitas correntes	27.008,78 €	0,16%	6.798,24 €	0,04%	20.210,54 €	297,29%
	TOTAL DE RECEITAS CORRENTES.....	10.807.518,68 €	62,69%	10.527.848,00 €	65,08%	279.670,68 €	2,66%
09	Venda de bens de investimento	5.209,88 €	0,03%	1.974,38 €	0,01%	3.235,50 €	163,87%
10	Transferências de capital	5.418.571,65 €	31,43%	3.645.423,49 €	22,54%	1.773.148,16 €	48,64%
11	Activos financeiros	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
12	Passivos financeiros	0,00 €	0,00%	2.000.000,00 €	12,36%	-2.000.000,00 €	-100,00%
13	Outras receitas de capital	7.145,59 €	0,04%	0,00 €	0,00%	7.145,59 €	0,00%
	TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL.....	5.430.927,12 €	31,50%	5.647.397,87 €	34,91%	-216.470,75 €	-3,83%
15	Reposições não abatidas nos pagamentos	1.416,61 €	0,01%	1.229,75 €	0,01%	186,86 €	15,19%
16	Saldo da gerência anterior	1.000.000,00 €	5,80%	0,00 €	0,00%	1.000.000,00 €	0,00%
	TOTAL DE OUTRAS RECEITAS.....	1.001.416,61 €	5,81%	1.229,75 €	0,01%	1.000.186,86 €	81332,54%
	TOTAL DE RECEITAS.....	17.239.862,41 €	100,00%	16.176.475,62 €	100,00%	1.063.386,79 €	6,57%

Em termos absolutos, a comparação com o ano de 2010 está bem evidenciada no quadro que antecede, não apenas em relação às receitas atrás mencionadas, como em relação à variação negativa registada nas Transferências correntes que resulta dos cortes aplicados ao valor de transferências directas do Orçamento de Estado a título de Fundo de Equilíbrio Financeiro – Fundo Social Municipal – Participação Fixa no IRS.

Verifica-se ainda um aumento de 366.136,85 € nas receitas relativas a Rendimentos de propriedade, mas tal não resulta de qualquer acréscimo efetivo de receita face ao ano anterior, uma vez que a diferença resulta apenas da contabilização já em Janeiro de 2011 de um trimestre de rendas pagas pela EDP que pertencia ainda ao ano de 2010.

As receitas correntes registaram um ligeiro aumento em termos absolutos na comparação com o ano anterior, no montante de 279.670,68 €, equivalente a mais 2,66% sendo que a diferença é devida em larga medida ao acréscimo de receita na rubrica de Impostos directos, mais concretamente de IMI e IMT.

Numa autarquia do interior do país onde a situação económica e social é bastante mais débil do que o foi há alguns anos atrás, designadamente em consequência dos efeitos no tecido empresarial local da abertura internacional dos mercados aos novos produtores asiáticos, onde a nossa localização geográfica em território de baixa densidade, com reduzida capacidade de atração de novos investimentos com forte incorporação de capitais e de mão-de-obra, não é de estranhar que as receitas próprias tenham uma expressão tão reduzida, que ronda a proporção de 30% face ao total de receitas, tanto mais que não é uma realidade que possa ser transformada sem que esse impacto seja transferido diretamente para as pessoas e para os utentes e beneficiários dos bens e serviços prestados pela autarquia.

Nessa medida, será inevitável que no futuro venham a ser introduzidas medidas que possam contribuir para minimizar os impactos orçamentais decorrentes dos déficits



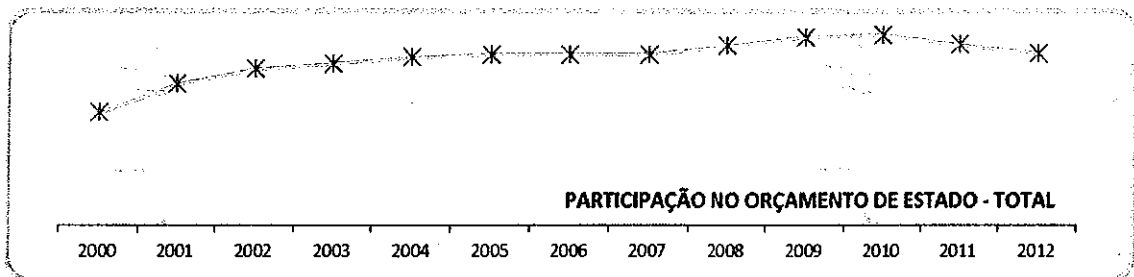
MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL CÂMARA MUNICIPAL

tarifários que atualmente se verificam no fornecimento de bens e na prestação de serviços relacionados com abastecimento de água, saneamento e recolha de resíduos. Vem, por isso, em boa direção a medida que está a ser equacionada há alguns anos de harmonizar em todo o território nacional os tarifários praticados pelos sistemas em alta de saneamento básico, atenuando assim o excesso de encargos que alguns territórios do interior assumem face aos sistemas em funcionamento no litoral.

A maior expressão das receitas é inevitavelmente assumida pelas transferências, quer correntes, quer de capital, onde naturalmente estão incluídas as transferências do Orçamento de Estado sob a forma de Fundo de Equilíbrio Financeiro, Fundo Social Municipal e Participação Fixa no IRS, as quais cada vez mais assumem um papel fundamental no conjunto das receitas municipais, apenas mitigado temporariamente pelo efeito extraordinário produzido pelas receitas relativas aos fundos comunitários.

A nossa dependência relativamente a este tipo de receitas torna-se ainda mais preocupante se verificarmos a sua tendência de decréscimo a partir do ano de 2011, que inverteu completamente o percurso de subida verificado nos anos de 2008 e 2009, ambos na ordem dos 5% anuais.

O gráfico seguinte traduz o comportamento dos últimos 12 anos, considerando já os valores aprovados para o ano corrente de 2012:



Na análise relativa aos últimos 5 anos pode confirmar-se mais pormenorizadamente o atrás referido relativamente à evolução das transferências regulares do Orçamento de Estado para o Município, confirmando-se o crescimento nos anos de 2008 e de 2009 de 5% e o início em 2011 do percurso de queda, em consequência da aplicação ao nível nacional das medidas de contenção da despesa pública.

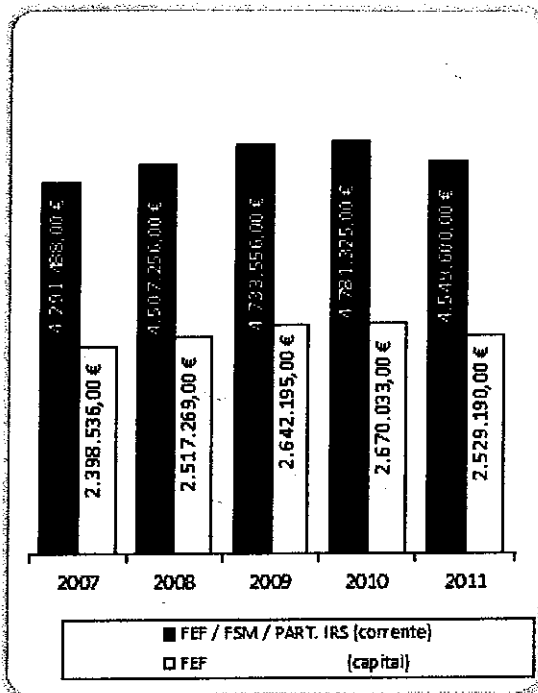
Designação	2007	2008	2009	2010	2011
FEF / FSM / PART. IRS (corrente)	4.291.488,00 €	4.507.256,00 €	4.733.556,00 €	4.781.325,00 €	4.549.600,00 €
FEF (capital)	2.398.536,00 €	2.517.269,00 €	2.642.195,00 €	2.670.033,00 €	2.529.190,00 €
Evolução face ao ano anterior	0,00%	5,00%	5,00%	1,03%	-5,00%

Graficamente, a evolução quinquenal das duas componentes da participação financeira no Orçamento de Estado, separadas entre receitas correntes relativas a Fundo de Equilíbrio Financeiro, Fundo Social Municipal e Participação Fixa no IRS e receitas de capital compostas exclusivamente por Fundo de Equilíbrio Financeiro (parte de capital), pode apresentar-se do seguinte modo.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

CÂMARA MUNICIPAL

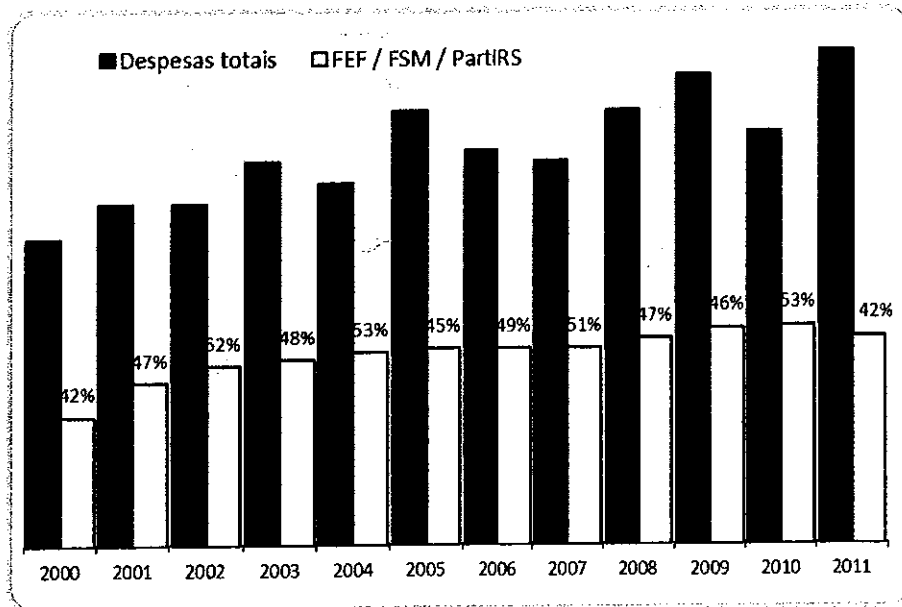


É visível o crescimento mais significativo verificado até 2009, mas também o crescimento muito ligeiro em 2010, face ao ano anterior, sendo também evidente um comportamento equivalente na evolução da componente de receita corrente em comparação com a parte de receita de capital, embora, em termos absolutos as maiores diferenças se localizem na parte corrente. É ainda visível o decréscimo significativo verificado no ano de 2011 para ambas as componentes da receita em análise, sendo de destacar o facto de que a mesma foi colocada no mesmo nível que havia sido registado em 2008 e sendo também verdade, embora não transcrito no mesmo gráfico, que os valores aprovados em Orçamento de Estado para o ano de 2012

colocam a mesma receita na dimensão da registada em 2007, ou seja, com um retrocesso de 5 anos, o que é dramático para uma autarquia com uma enorme dependência desta forma de financiamento da atividade autárquica.

Noutra perspetiva de análise, pode também observar-se uma tendência clara da taxa de dependência

das despesas totais face às transferências do Orçamento de Estado, apenas interrompida no ano de 2011, por claro efeito do maior volume de receitas relativas a transferências de capital neste ano, dada a



maior arrecadação de financiamentos QREN. Descontando esta situação extraordinária verificada no ano de 2011, que é ainda reforçada pelo decréscimo das receitas relativas às transferências do OE, é cada vez maior o contributo das transferências do FEF, FSM e Participação Fixa no IRS para a cobertura das despesas municipais, sendo também de



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

CÂMARA MUNICIPAL

antever um agravamento desta situação quando o fluxo de financiamentos externos de suporte aos investimentos estratégicos for diminuído ou até encerrado.

Classif. Económica da Despesa		Previsões iniciais	Previsões corrigidas	Variação	Despesa Paga Total	Variações	
Classif.	Designação			Previsões		%	€
01	Despesas com o pessoal	4.994.300,00 €	4.487.280,00 €	-10,15%	3.968.849,03 €	-518.430,97 €	-11,55%
02	Aquisição de bens e serviços	4.424.700,00 €	5.942.410,00 €	34,30%	4.620.313,92 €	-1.322.096,08 €	-22,25%
03	Juros e outros encargos	66.500,00 €	102.570,00 €	54,24%	90.121,07 €	-12.448,93 €	-12,14%
04	Transferências correntes	1.298.500,00 €	1.226.440,00 €	-5,55%	1.060.478,98 €	-165.961,02 €	-13,53%
05	Subsídios	40.000,00 €	40.500,00 €	1,25%	35.335,43 €	-5.164,57 €	-12,75%
06	Outras despesas correntes	180.000,00 €	214.800,00 €	19,33%	201.331,32 €	-13.468,68 €	-6,27%
TOTAL DE DESPESAS CORRENTES		11.004.000,00 €	12.014.000,00 €	9,18%	9.976.429,75 €	-2.037.570,25 €	-16,96%
07	Aquisição de bens de capital	12.887.500,00 €	12.887.500,00 €	0,00%	5.212.297,16 €	-7.675.202,84 €	-59,56%
08	Transferências de capital	2.032.000,00 €	2.022.000,00 €	-0,49%	1.274.885,34 €	-747.114,66 €	-36,95%
09	Activos financeiros	25.000,00 €	25.000,00 €	0,00%	0,00 €	-25.000,00 €	-100,00%
10	Passivos financeiros	575.000,00 €	575.000,00 €	0,00%	468.258,92 €	-106.741,08 €	-18,56%
11	Outras despesas de capital	2.500,00 €	2.500,00 €	0,00%	0,00 €	-2.500,00 €	-100,00%
TOTAL DE DESPESAS DE CAPITAL		15.522.000,00 €	15.512.000,00 €	-0,06%	6.955.441,42 €	-8.556.558,58 €	-55,16%
TOTAL DE DESPESAS		26.526.000,00 €	27.526.000,00 €	3,77%	16.931.871,17 €	-10.594.128,83 €	-38,49%
TAXA DE EXECUÇÃO GLOBAL DAS DESPESAS							61,51%

Quanto às despesas, a taxa de realização de 61,51% refletiu de forma proporcional o crescimento verificado no volume total de despesas, em especial das despesas de capital que, por sua vez, foram uma consequência direta do melhor encaixe concreto de transferências de capital, a qual permitiu a liquidez suficiente para a satisfação dos compromissos.

Analisando as variações de cada um dos capítulos da despesa face às previsões corrigidas por efeito das modificações orçamentais, é mais significativa a baixa taxa de realização no Capítulo Económico 07 – Aquisição de bens de capital, com menos 59,56% do que as respetivas previsões corrigidas, apesar do aumento face ao ano anterior de 1,9 milhões de euros. Também no Capítulo 02 – Aquisição de Bens e Serviços, com menos 22,25% e no 08 – Transferências de capital, com menos 36,95%, se verificam diferenças significativas em termos relativos, mas igualmente em termos absolutos, face aos valores orçamentados.

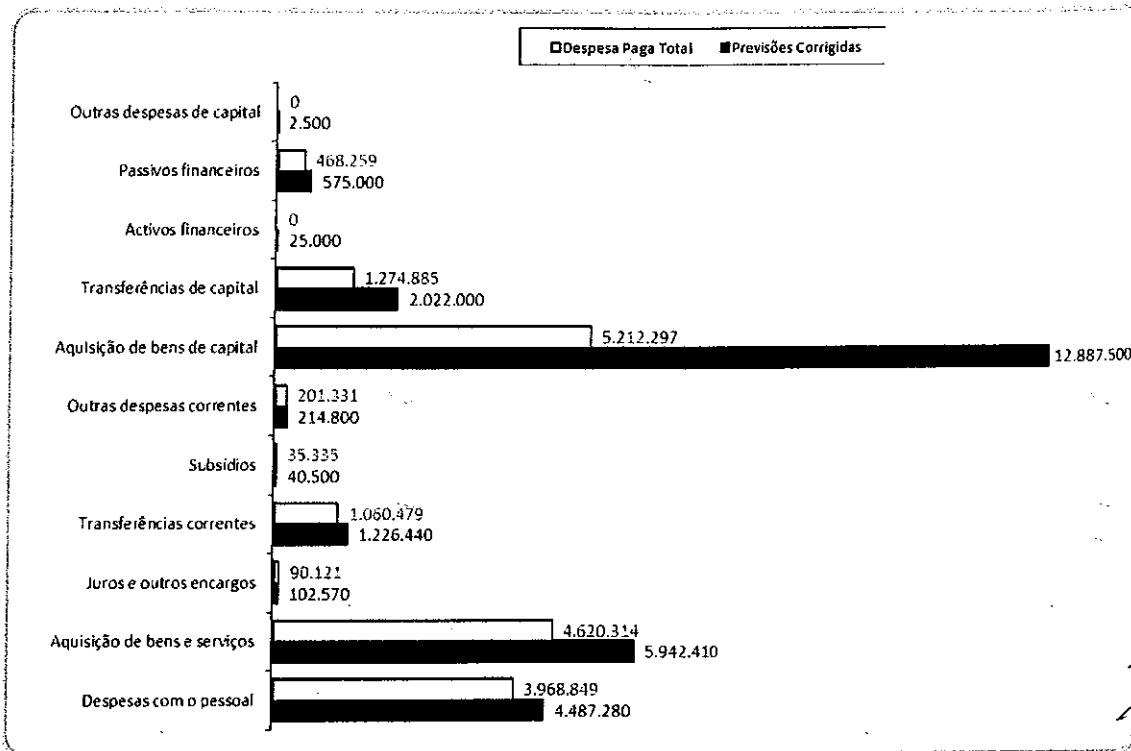
O gráfico seguinte demonstra a mesma realidade, tornando ainda evidente o excesso de previsão que vem afetando alguns capítulos da despesa, já antes amplamente justificado, bem como o peso cada vez mais expressivo que as despesas correntes vêm assumindo no conjunto das despesas anuais, o que é uma direta consequência das novas responsabilidades que têm sido colocadas nas mãos das autarquias locais ao nível da prestação de serviços às populações e da realização dos chamados investimentos imateriais que, por sua vez, são o resultado do ajustamento entre as reivindicações das populações e a ação municipal de resposta a esses anseios e necessidades.

Para além disso, quando colocados perante situações de crise, com consequências na maior sinalização de casos de privação alimentar, ocupacional e habitacional por parte das camadas mais desfavorecidas, também os responsáveis municipais são chamados a uma intervenção mais assídua nesta área e colocados perante a inevitabilidade de assumir novos encargos na procura de respostas a estas situações.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

CÂMARA MUNICIPAL



Em sentido diferente pode também observar-se que nos capítulos 01 – Despesas com pessoal e 10 – Passivos financeiros, existe uma elevada aproximação entre os valores previstos e a respetiva realização, uma vez que se tratam de grupos de despesas que permitem uma elevada capacidade de previsão por parte da Câmara Municipal no momento da elaboração dos documentos previsionais e em que a sua oscilação ao longo do ano não depende de fatores externos que estejam fora da capacidade de controlo do Município, a não ser quando ocorrem crescimentos da massa salarial ao nível nacional, o que não é, manifestamente, o caso atual.

A matriz seguinte tem por objetivo apresentar a distribuição, por cada uma das classificações orgânicas da despesa, de acordo com o modelo orçamental ainda usado no ano de 2011, das diversas classificações económicas, fazendo a diferenciação entre despesas correntes e despesas de capital.

Na mesma matriz são possíveis de observar as participações específicas de cada um dos capítulos orgânicos do Orçamento relativamente a qualquer um dos grandes agregados económicos, sendo, no ano em análise, equilibrada a posição relativa dos Capítulos Orgânicos 06 – Serviços de Obras, Urbanismo, Fiscalização e Proteção Civil e 01 – Administração Autárquica que, em conjunto, representam mais de 50% da despesa realizada. Contrariamente ao que vinha sendo registado nos anos anteriores, o Capítulo Orgânico 06 deixou de ter uma preponderância claramente superior face aos restantes, estando agora o volume mais significativo das despesas distribuído por três capítulos, os dois já referidos e um terceiro, o Capítulo 05 – Serviços de Educação, Cultura, Desporto e Turismo, com uma proporção também superior a 20%, o qual engloba cada vez mais aqueles encargos de carácter continuado que as autarquias cada vez mais terão de assumir.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL CÂMARA MUNICIPAL

Esta distribuição, porém, deixará de ter relevância no ano de 2012, uma vez que, por orientação da DGAL – Direção Geral das Autarquias Locais, o Orçamento passou a dividir-se em apenas dois capítulos orgânicos, um relativo à Assembleia Municipal e outro à Câmara Municipal e Serviços Municipais, não permitindo que no próximo ano seja realizada uma análise deste tipo.

Classif. Económica da Despesa		01	02	03	04	05	06	07
Classif.	Designação							
01	Despesas com o pessoal	1.191.753,36 €	475.275,87 €	436.613,41 €	326.455,40 €	674.604,99 €	839.427,04 €	24.718,96 €
02	Aquisição de bens e serviços	1.438.522,24 €	85.148,28 €	1.499.590,19 €	361.547,68 €	847.712,80 €	115.998,69 €	271.794,04 €
03	Juros e outros encargos	90.121,07 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
04	Transferências correntes	186.654,72 €	0,00 €	11.834,20 €	18.271,93 €	705.317,94 €	138.400,19 €	0,00 €
05	Subsídios	35.335,43 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
06	Outras despesas correntes	201.331,32 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
TOTAL DE DESPESAS CORRENTES		3.143.718,14 €	560.424,15 €	1.948.037,80 €	706.275,01 €	2.227.635,73 €	1.093.825,92 €	296.513,00 €
07	Aquisição de bens de capital	130.817,10 €	107.826,20 €	711.581,23 €	17.768,16 €	1.215.984,80 €	2.989.717,08 €	38.602,59 €
08	Transferências de capital	681.535,20 €	0,00 €	93.635,11 €	146.660,63 €	190.607,00 €	162.447,40 €	0,00 €
09	Activos financeiros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
10	Passivos financeiros	468.258,92 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
11	Outras despesas de capital	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
TOTAL DE DESPESAS DE CAPITAL		1.280.611,22 €	107.826,20 €	805.216,34 €	164.428,79 €	1.406.591,80 €	3.152.164,48 €	38.602,59 €
TOTAL DE DESPESAS		4.424.329,36 €	668.250,35 €	2.753.254,14 €	870.703,80 €	3.634.227,53 €	4.245.990,40 €	335.115,59 €
DISTRIBUIÇÃO POR ÓRGÃOS		26,13%	3,95%	16,26%	5,14%	21,46%	25,08%	1,98%

Quanto à evolução bienal das despesas pagas por classificação económica, por comparação entre os anos de 2011 e de 2010, conclui-se ter havido um crescimento global de 19,74 %, que atingiu de forma mais expressiva o grupo das despesas de capital e em particular a aquisição de bens de capital, que engloba os investimentos, mas que também registou crescimento positivo nas despesas correntes, embora menos expressivo. É de destacar ainda que o maior crescimento absoluto nas despesas correntes se verificou na aquisição de bens e serviços, o que é explicável com o elevado número de aquisições necessárias ao funcionamento dos equipamentos públicos e ao cumprimento das competências legais, sendo ainda relevante neste contexto a redução de mais de 6% nas despesas com pessoal, cujas explicações já foram transpostas no capítulo próprio do presente Relatório.

Classif. Económica da Despesa		Despesa Paga Total (2011)	Ponderações %	Despesa Paga Total (2010)	Ponderações %	Variações (2011-2010)	
Classif.	Designação					€	%
01	Despesas com o pessoal	3.968.849,03 €	23,44%	4.249.807,26 €	30,05%	-280.958,23 €	-6,61%
02	Aquisição de bens e serviços	4.620.313,92 €	27,29%	3.480.438,97 €	24,61%	1.139.874,95 €	32,75%
03	Juros e outros encargos	90.121,07 €	0,53%	39.492,07 €	0,28%	50.629,00 €	128,20%
04	Transferências correntes	1.060.478,98 €	6,26%	1.148.162,59 €	8,12%	-87.683,61 €	-7,64%
05	Subsídios	35.335,43 €	0,21%	67.905,52 €	0,48%	-32.570,09 €	-47,96%
06	Outras despesas correntes	201.331,32 €	1,19%	118.437,34 €	0,84%	82.893,98 €	69,99%
TOTAL DE DESPESAS CORRENTES		9.976.429,75 €	58,92%	9.104.243,75 €	64,38%	872.186,00 €	9,58%
07	Aquisição de bens de capital	5.212.297,16 €	30,78%	3.312.895,59 €	23,43%	1.899.401,57 €	57,33%
08	Transferências de capital	1.274.885,34 €	7,53%	1.208.143,29 €	8,54%	66.742,05 €	5,52%
09	Activos financeiros	0,00 €	0,00%	7.000,00 €	0,05%	-7.000,00 €	-100,00%
10	Passivos financeiros	468.258,92 €	2,77%	407.565,52 €	2,88%	60.693,40 €	14,89%
11	Outras despesas de capital	0,00 €	0,00%	101.126,00 €	0,72%	-101.126,00 €	-100,00%
TOTAL DE DESPESAS DE CAPITAL		6.955.441,42 €	41,08%	5.036.730,40 €	35,62%	1.918.711,02 €	38,09%
TOTAL DE DESPESAS		16.931.871,17 €	100,00%	14.140.974,15 €	100,00%	2.790.897,02 €	19,74%

Verificar-se-á mais adiante que no grupo da aquisição de bens e serviços houve ainda outro fator que determinou o aumento da despesa face ao ano anterior e que resultou



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

de um maior volume de despesa em 2011 na aquisição de água para distribuição domiciliária, que não corresponde a um crescimento real e duradouro, mas apenas à transição para esse ano de faturação relativa ao ano de 2010.

Vale ainda a pena explicar o resultado relativo ao Capítulo 03 – Juros e outros encargos, que apresenta um aumento de 128,2%, o qual decorre do facto do montante de incidência dos juros relativos ao novo empréstimo já incluir a totalidade dos 5 milhões de euros e não apenas os 3 milhões que se aplicaram a grande parte do ano de 2010.

As Transferências de capital registaram um ligeiro aumento de 66.742,05 € que, apesar de tudo, foi claramente compensado pela diminuição em 87.683,61 € do volume de transferências correntes.

A evolução bienal da despesa pode ainda ser objeto de comparação, através do quadro seguinte, com desagregação por classes orgânicas.

Classif. Económica da Despesa		01	02	03	04	05	06	07
Classif.	Designação							
01	Despesas com o pessoal	-22,76%	4,43%	-2,44%	-2,08%	3,05%	5,70%	12,45%
02	Aquisição de bens e serviços	35,48%	21,67%	42,95%	16,74%	38,14%	-15,13%	13,44%
03	Juros e outros encargos	128,20%						
04	Transferências correntes	12,89%		-29,99%	-38,83%	-9,82%	-10,09%	
05	Subsídios	-47,96%						
06	Outras despesas correntes	69,99%						
	TOTAL DE DESPESAS CORRENTES	4,93%	6,73%	28,71%	4,95%	8,64%	0,84%	13,35%
07	Aquisição de bens de capital	3141,54%	216,01%	158,76%	89,58%	119,15%	23,87%	76,06%
08	Transferências de capital	223,54%		6,45%	195,09%	19,01%	-76,78%	
09	Activos financeiros							
10	Passivos financeiros	14,89%						
11	Outras despesas de capital							
	TOTAL DE DESPESAS DE CAPITAL	75,34%	216,01%	121,85%	178,35%	96,72%	1,25%	76,06%
	TOTAL DE DESPESAS	18,73%	19,50%	46,73%	18,94%	31,41%	1,14%	18,20%
	VARIAÇÃO EM VALORES ABSOLUTOS	698.012,11 €	109.034,04 €	876.796,33 €	138.676,03 €	868.766,46 €	48.006,27 €	51.605,78 €

É visível o aumento de despesa em todos os capítulos orgânicos, tanto em despesas correntes como, sobretudo, em despesas de capital, sendo ainda relevantes as taxas de crescimento negativas nas despesas com pessoal, que afetam principalmente o órgão 01 – Administração Autárquica, bem como nas transferências correntes.

As diferenças mais substanciais constantes da matriz anterior encontram-se na aquisição de bens de capital, sobretudo as referentes ao capítulo orgânico 01 que, embora de valor absoluto pouco significativo, já que representam um aumento de apenas 126.781,45 €, encontram explicação no investimento realizado nas obras de adaptação do edifício dos Paços do Município para instalação do Balcão Único de Atendimento.

Mais significativos em termos absolutos são os aumentos nos capítulos orgânicos 03 - Serviços de Água, Saneamento, Resíduos Sólidos Urbanos, Ambiente e Mercados, 05 - Serviços de Educação, Cultura, Desporto e Turismo e 06 - Serviços de Obras, Urbanismo, Fiscalização e Proteção Civil, já amplamente explicados com o crescimento generalizado das despesas de investimentos no ano de 2011.

Os aumentos verificados em transferência de capital, parecendo significativos, não o são em termos absolutos, na medida em que, apenas por razões de natureza contabilística, os apoios dados às freguesias passaram do órgão 06 em 2010 para o órgão 01 em 2011,



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL CÂMARA MUNICIPAL

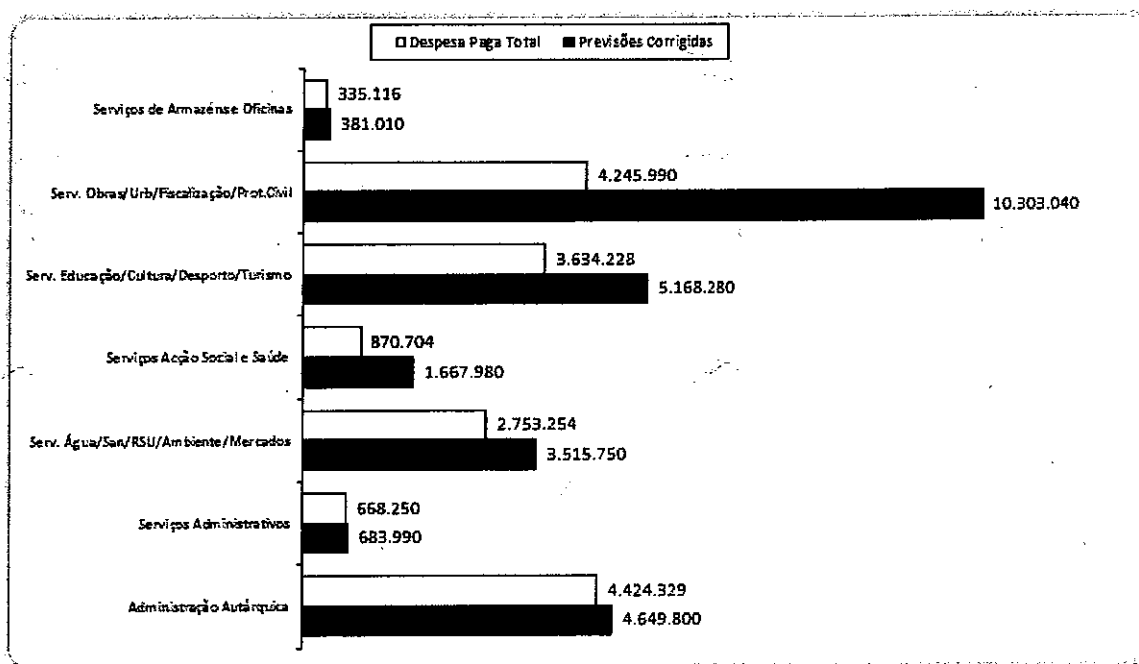
enquanto que o aumento de transferências de capital no órgão 04 se ficou a dever ao maior volume de apoios concedidos às entidades privadas sem fins lucrativos com intervenções nas áreas da ação social e da saúde.

Nas despesas correntes o aumento mais expressivo é na rubrica de juros e outros encargos, que já foi anteriormente justificado.

Verificou-se ainda no órgão 03 um aumento muito expressivo em termos absolutos na rubrica relativa a aquisição de bens e serviços e que é justificável com a transição para o ano de 2011 de um conjunto de despesas relativas a aquisição de água à entidade concessionária Águas do Zêzere e Côa, SA, que pertenciam ao ano anterior de 2010.

No órgão 07 é ainda de sublinhar o aumento em quase 30 mil euros dos encargos relativos à aquisição de combustíveis, que não resulta da maior quantidade de gasóleo consumido, mas do aumento do preço de aquisição.

No que diz respeito à análise comparativa entre previsões corrigidas em despesa paga total com diferenciação por capítulos orgânicos, é de salientar que os grandes agregados orgânicos que mais contribuem para a existência de divergências entre as dotações corrigidas e o total de despesas pagas são o Capítulo Orgânico 04 – Serviços de Ação Social e Saúde com -47,80% e o Capítulo Orgânico 06 – Serviços de Obras, Urbanismo, Fiscalização e Proteção Civil com -58,79%.



Em sentido contrário, verificaram-se comportamentos favoráveis ao nível das taxas de execução no Órgão 01 – Administração Autárquica com 95,15% e que é agora o agregado mais importante em termos absolutos de realização orçamental efetiva com despesa paga, o Capítulo Orgânico 03 – Serviços de Água, Saneamento, Resíduos Sólidos, Ambiente e Mercados com 78,31%, mas também o grupo 02 – Serviços Administrativos com 97,70%, apesar de ter a segunda menor representação depois do Capítulo Orgânico



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

07 - Serviços de Armazéns e Oficinas que, por sua vez, teve uma taxa de execução de 87,95%.

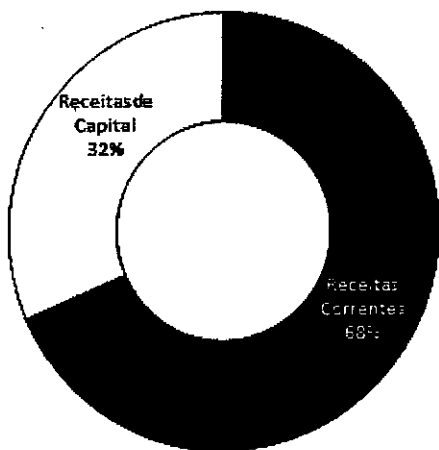
O Capítulo Orgânico 05 – Serviços de Educação, Cultura, Desporto e Turismo com uma taxa de realização de 70,32%, não deixa também de merecer o devido destaque, tanto mais que, em termos absolutos, representa 21,46% do total da despesa paga.

Voltou a cumprir-se em 2011 a tendência de muitos anos em que se verifica a afetação de uma boa parte das receitas correntes a despesas de capital, privilegiando assim a componente do investimento relativamente aos restantes capítulos das despesas.

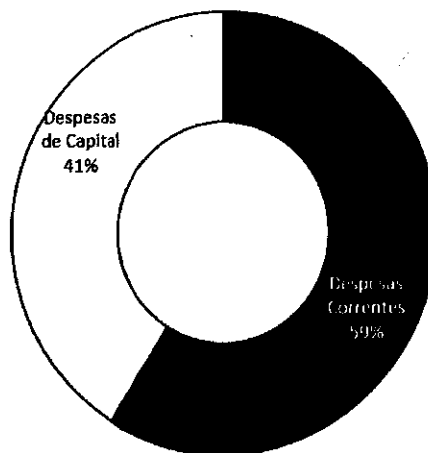
RECEITAS		DESPESAS	
Receitas Correntes	11.808.935,29 € 68,50%	Despesas Correntes	9.976.429,75 € 58,92%
Receitas de Capital	5.430.927,12 € 31,50%	Despesas de Capital	6.955.441,42 € 41,08%
TOTAL DE RECEITAS	17.239.862,41 € 100,00%	TOTAL DE DESPESAS	16.931.871,17 € 100,00%

Como se pode verificar pelo quadro anterior e pelos gráficos que se apresentam abaixo, as receitas de capital corresponderam a 31,5% da totalidade das receitas, enquanto que as despesas de capital foram de quase 41,08% face à totalidade das despesas, havendo por isso, uma transferência de quase 10% das receitas para despesas de capital. Esta situação mostra uma realidade que foi possível de obter no ano de 2011, em resultado da maior disponibilidade de fundos comunitários destinados ao financiamento dos investimentos em curso, mas não inverte a tendência que se irá acentuar nos próximos anos, em que a larga maioria dos recursos financeiros municipais será destinada a despesas correntes, não apenas por causa do aumento de responsabilidades ao nível do funcionamento e manutenção de equipamentos municipais, mas também por efeito das crescentes restrições nas regras de contabilização e de caracterização do que deve ser considerado como despesas de capital.

RECEITAS



DESPESAS





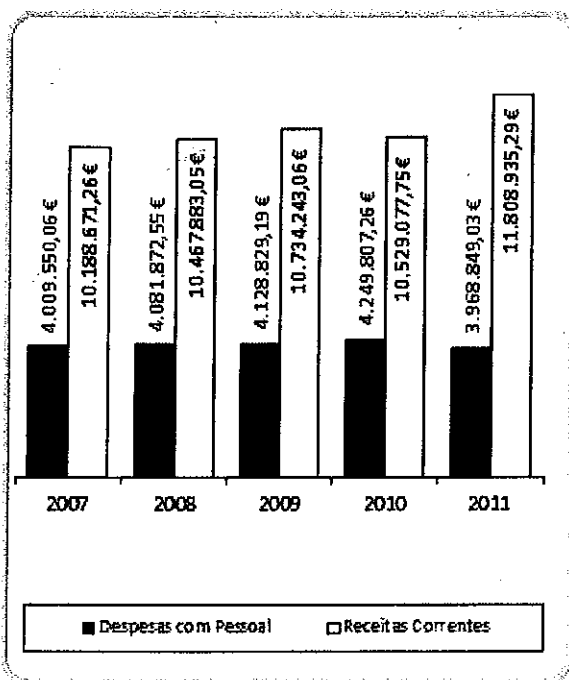
MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL CÂMARA MUNICIPAL

Importa referir mais uma vez a este propósito que o Município não pode deixar de acompanhar o novo paradigma de reorientação dos recursos municipais para a concretização dos chamados investimentos imateriais, vocacionados para a melhoria dos serviços de proximidade às populações nas áreas da educação, da cultura, da ação social, do turismo, da animação, da afirmação do concelho no exterior e da prestação de melhores serviços municipais às comunidades, o que implica inevitavelmente o crescimento das despesas correntes.

Tendo em conta a evolução recente da participação municipal no Orçamento do Estado, já anteriormente abordada, é importante cruzar esse valor e o conjunto das receitas correntes com o comportamento das despesas com pessoal. É aqui muito relevante o facto de, pela primeira vez ao longo dos últimos anos, se registar uma descida expressiva do rácio entre despesas com pessoal e receitas correntes, não apenas por efeito do aumento destas, embora com diminuição do FEF, mas também da redução daquelas, quer por via dos cortes salariais, quer pela redução do mapa de pessoal.

Designação	2007	2008	2009	2010	2011
Despesas com Pessoal	4.009.550,06 €	4.081.872,55 €	4.128.829,19 €	4.249.807,26 €	3.968.849,03 €
Receitas Correntes	10.188.671,26 €	10.467.883,05 €	10.734.243,06 €	10.529.077,75 €	11.808.935,29 €
Dp. Pessoal/Rc. Correntes	39,35%	38,99%	38,46%	40,36%	33,61%
Evol. Desp. Pessoal	8,75%	1,80%	1,15%	2,93%	-6,61%

Para além disso e como tem sido referido, esta rubrica de despesas com pessoal inclui ainda os efeitos financeiros da incorporação nos serviços externos e nos serviços administrativos da Câmara Municipal dos trabalhadores desempregados beneficiários de



subsídios de desemprego e os beneficiários de Rendimento Social de Inserção que têm sido integrados através dos diversos programas de inserção no âmbito do IEFP.

Graficamente, pode também observar-se o comportamento ao longo dos últimos 5 anos do quociente entre Despesas com Pessoal e Receitas Correntes.

É visível, em primeiro lugar, a recuperação da tendência de subida que se vinha registando nas receitas correntes, mas que não deve ser entendida como um percurso consolidado, já que depende diretamente das circunstâncias conjunturais da economia portuguesa, cujo estado



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

recessivo se prolongará ainda por mais alguns trimestres, com reflexos no abaixamento do poder de compra das nossas populações e nos efeitos que este tem na angariação de receitas próprias por parte da Câmara Municipal.

Em segundo lugar, o crescimento menos acentuado nas despesas com pessoal a partir do ano de 2008 é também um fator a sublinhar, embora já sobejamente abordado, tendo-se mesmo registado em 2011 uma redução de quase 7%, que colocam esta rubrica abaixo do valor registado em 2006.

Semelhante análise se pode estabelecer também na relação entre Investimentos e Transferências de Capital, a qual se reproduz no quadro seguinte.

Designação	2007	2008	2009	2010	2011
Tranf. Capital (Receitas)	3.350.131,23 €	2.794.225,84 €	4.236.897,76 €	3.645.423,49 €	5.418.571,65 €
Investimentos	3.359.195,05 €	5.249.942,66 €	6.162.757,58 €	3.312.895,59 €	5.212.297,16 €
Investimentos/Tr. Cap.	1,00	1,88	1,45	0,91	0,96

Existe, por natureza, uma relação muito próxima entre receitas relacionadas com transferências de capital e as despesas com investimentos, pelo menos desde que existem fundos comunitários destinados a apoiar a coesão e a convergência do nosso desenvolvimento e da nossa qualidade de vida com os níveis médios europeus. Essa relação não é, todavia, sempre proporcional, tanto mais que o ritmo de realização dos investimentos nem sempre tem o acompanhamento por parte das instâncias nacionais ao nível das transferências relativas aos financiamentos aprovados para os investimentos realizados ou em curso.

Por outro lado, quando a autarquia apresenta um ímpeto de realização de investimentos, seja porque pretende acompanhar os níveis de desenvolvimento e a oferta de equipamentos públicos equivalente à que se verifica nos concelhos limítrofes ou nos concelhos de dimensão semelhante, seja porque pretende responder de forma mais satisfatória às reivindicações das populações e das freguesias, seja ainda por efeito dos ciclos eleitorais autárquicos, são por vezes encontradas outras formas de financiamento dos investimentos para além dos fundos comunitários, como sejam o recurso ao financiamento bancário, como aconteceu recentemente e a transferência de receitas correntes para despesas de capital quando as circunstâncias e as condições de cada exercício económico o permitem.

É de salientar, por exemplo, que a opção que passa por privilegiar a delegação de competências nas freguesias, com as correspondentes transferências de verbas, como aconteceu em 2010 e voltou a suceder em 2011, equivale a que um conjunto de investimentos deixe de ser realizado pela Câmara Municipal e seja antes realizado diretamente pelas freguesias. Daqui resultaram em 2010 efeitos de crescimento no capítulo Transferências de Capital e de decréscimo no capítulo de Aquisição de Bens de Capital, mas que em 2011 já não se registaram do mesmo modo, na medida em que as opções de registo contabilístico não se alteraram de um ano para o outro.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

CÂMARA MUNICIPAL

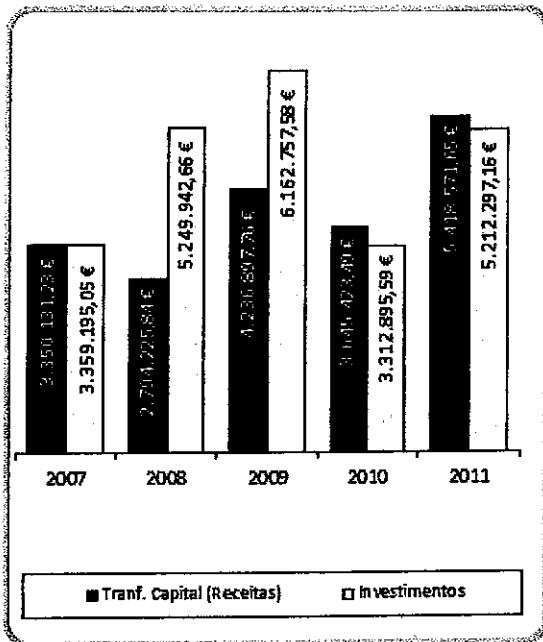
O gráfico seguinte evidencia, com referência aos últimos 5 anos, a relação de interdependência entre os investimentos e as transferências de capital, que em alguns

anos se desequilibra com maior crescimento do volume de investimento, em boa parte por efeito dos ciclos eleitorais, mas que depois é objeto de correção nos anos imediatamente seguintes.

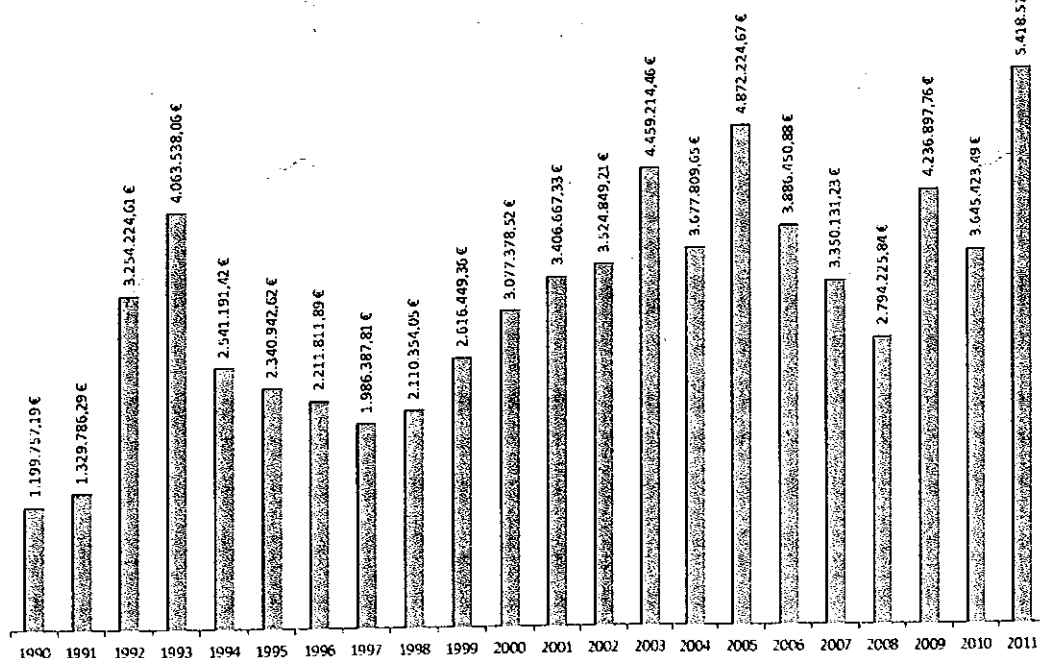
É demonstrativo o sentido de recuperação que o ano de 2011 apresenta em relação a 2010, quer no que se refere ao volume de transferências de capital onde apresenta o maior valor do quinquénio, quer no que diz respeito ao montante de investimentos que retomou o valor verificado em 2008 e que foi, embora um pouco menos que em 2009, um ano com valores acima dos normais na realização de despesa em investimentos.

Pode inclusivamente afirmar-se que o ano

de 2011 representa o melhor ano de sempre em valores absolutos na arrecadação de receitas de Transferências de Capital, o que é resultado da elevada capacidade de angariação de apoios financeiros através de fundos comunitários, dado que neste ano não houve qualquer entrada de receitas de capital por via de empréstimos.



TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL - EVOLUÇÃO DESDE 1990





MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

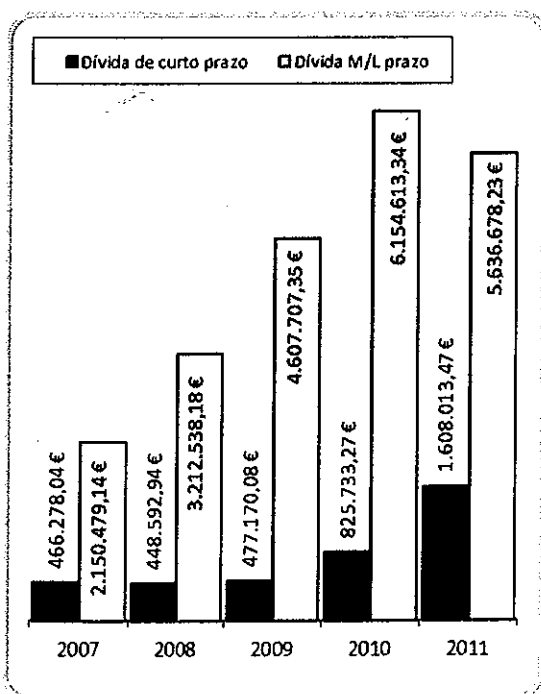
O gráfico anterior, que apresenta a evolução em termos de arrecadação de transferências de capital desde 1990, é bem demonstrativo dessa eficácia.

Em matéria de endividamento, o quadro seguinte contém a evidenciação da situação da dívida em 31 de dezembro de 2011, apresentada com separação entre dívida a curto prazo e dívida a médio e longo prazo e com a evolução dos últimos cinco anos.

Designação	2007	2008	2009	2010	2011
Dívida de curto prazo	466.278,04 €	448.592,94 €	477.170,08 €	825.733,27 €	1.608.013,47 €
Dívida M/L prazo	2.150.479,14 €	3.212.538,18 €	4.607.707,35 €	6.154.613,34 €	5.636.678,23 €
Evolução face ao ano anterior	0,13%	28,53%	28,00%	27,15%	3,65%
Dívida ML prazo / Total dívida	82,18%	87,75%	90,62%	88,17%	77,80%

Por um lado, nas dívidas a médio/longo prazo, verificou-se uma ligeira atenuação do impacto decorrente da contratação e da utilização integral do empréstimo para investimentos, no montante de 5 milhões de euros, uma vez que no mesmo ano houve já uma amortização sobre o mesmo empréstimo, no valor de 257.479,32 €. No total de todas as operações ainda em vigor, incluindo a participação proporcional nos empréstimos contratados pela AMRPB – Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão, o valor de amortizações em 2011 foi de 517.683,70 €, o que equivale a mais de 3% da despesa total realizada.

Apesar de tudo verificou-se um ligeiro aumento na dívida global, que foi de apenas 3,65% face ao ano anterior, em consequência da subida da chamada dívida a curto prazo, a qual tem como explicação o elevado volume de faturação de fornecedores e empreiteiros acumulada no mês de dezembro e que não foi possível de processar ainda em 2011, tendo transitado para o ano de 2012.



A situação financeira da Autarquia nos anos anteriores a 2008 evidenciava uma diminuição da dívida de médio/longo prazo, ao passo que a dívida de curto prazo sofria uma progressão. A partir de 2008, por efeito da contratação do novo grande empréstimo de 5.000.000 €, verificou-se a tendência de crescimento da dívida de médio/longo prazo, mas também da de curto prazo, que não é mais do que a correspondente ao volume de documentos de despesas em trânsito no final de cada ano para o exercício económico seguinte, em valores perfeitamente controlados e aceitáveis. Em 2011 verifica-se uma inflexão na tendência de subida da dívida de médio/longo prazo, que vai continuar em sentido proporcional ao pagamento das amortizações desse grande



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

empréstimo e das outras operações ainda ativas.

E isto porque o volume de responsabilidades relativas a empréstimos, que tinha atingido o pico deste ciclo económico no ano de 2010, não vai ser aumentado, na medida em que não se vislumbra a necessidade de recurso a novos empréstimos no futuro próximo, e vai a partir de agora começar a abrandar à medida da já referida satisfação de encargos com amortizações. Não deve, porém, este percurso de descida dos encargos com empréstimos de médio/longo prazo ser entendido como um comportamento de causa-efeito relativamente à subida da dívida com os encargos de curto prazo ou inversamente proporcional a estes, uma vez que, como já foi referido antes, o valor atingido é meramente circunstancial e justificável nas razões atrás apontadas.

É de salientar que a proporção da dívida de médio/longo prazo sobre o total do endividamento representa agora menos do que o verificado em 2010 ou em qualquer dos 5 anos anteriores, tendo-se colocado num valor de 77,8%.

Ao longo do ano de 2011 e relativamente ao Orçamento foram levadas a efeito modificações orçamentais que não alteraram o valor global do mesmo, exceto no que se refere à única Revisão Orçamental aprovada no mês de dezembro e que, por contrapartida do saldo de gerência anterior, permitiu aumentar o valor global do Orçamento em 1.000.000,00 € através do reforço das seguintes rubricas orçamentais:

Classif. Económica da Receita/Despesa	Dotações Iniciais	Inscrições e Reforços	Diminuições e Anulações	Total de Modificações	Dotações Finais
RECEITA					
160101 Saldo da gerência anterior	0,00 €	1.000.000,00 €	0,00 €	1.000.000,00 €	1.000.000,00 €
DESPESA					
0103/01030901 Seguros acid. trab. doenç. prof	50.000,00 €	30.000,00 €	0,00 €	30.000,00 €	80.000,00 €
0103/020201 Encargos das instalações	289.500,00 €	100.000,00 €	0,00 €	100.000,00 €	389.500,00 €
0103/020225 Outros serviços	782.000,00 €	200.000,00 €	0,00 €	200.000,00 €	982.000,00 €
03/02011601 Água	595.000,00 €	300.000,00 €	0,00 €	300.000,00 €	895.000,00 €
03/020225 Outros serviços	675.000,00 €	270.000,00 €	0,00 €	270.000,00 €	945.000,00 €
05/020210 Transportes	490.000,00 €	100.000,00 €	0,00 €	100.000,00 €	590.000,00 €
RECEITA	0,00 €	1.000.000,00 €	0,00 €	1.000.000,00 €	1.000.000,00 €
DESPESA	2.881.500,00 €	1.000.000,00 €	0,00 €	1.000.000,00 €	3.881.500,00 €

Relativamente às receitas, portanto, ocorreu a inscrição da importância de 1.000.000,00 € na rubrica 16.01.01 – Saldo da gerência anterior – Saldo orçamental – Na posse do serviço e, no que diz respeito às despesas, tal como se pode verificar no quadro seguinte, houve Inscrições/Reforços no montante de 5.333.300,00 €, e Diminuições/Anulações no valor de 4.333.300,00 €, que resultaram num aumento em 3,77% do montante global das dotações do Orçamento da Despesa, o qual passou a corresponder a 27.526.000,00 €.

Classif. Económica da Despesa	Dotações Iniciais	Inscrições e Reforços	Diminuições e Anulações	Total de Modificações	Dotações Finais
RECEITA	26.526.000,00 €	1.000.000,00 €	0,00 €	1.000.000,00 €	27.526.000,00 €
DESPESA	26.526.000,00 €	5.333.300,00 €	-4.333.300,00 €	1.000.000,00 €	27.526.000,00 €
VARIAÇÃO FACE AO MONTANTE DE DOTAÇÕES INICIAIS ...					3,77%



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

ANÁLISE ESPECÍFICA AO ANO ECONÓMICO – BALANÇO E DEM. DE RESULTADOS

Pela análise ao Balanço que integra os Documentos de Prestação de Contas, aqui apresentado segundo uma estrutura que permita uma observação de ponderações e variações, pode verificar-se que o Balanço registou uma variação positiva global de 8,36% face ao Balanço do ano de 2010.

BALANÇO DO EXERCÍCIO						
ACTIVO	VALORES			PONDERAÇÕES 2011	VARIACÕES	
	2011	2010	2009		2011-2010	2010-2009
ACTIVOS NÃO CORRENTES						
Bens do domínio público	23.442.916,43 €	21.375.386,78 €	20.175.465,97 €	61,72%	9,67%	5,95%
Imobilizado incorpóreo						
Imobilizado corpóreo	11.391.139,51 €	9.863.452,23 €	9.614.752,31 €	29,99%	15,49%	2,59%
Investimentos financeiros	511.780,01 €	511.780,01 €	504.780,01 €	1,35%		1,39%
Propriedades de investimento						
Clientes e outros devedores						
Activos por impostos diferidos						
TOTAL DE ACTIVOS NÃO CORRENTES	35.345.835,95 €	31.750.619,02 €	30.294.998,29 €	93,05%	11,32%	4,80%
ACTIVOS CORRENTES						
Existências						
Clientes	89.720,70 €	79.713,37 €	117.429,83 €	0,24%	12,55%	-32,12%
Outros devedores						
Estado e outros entes públicos	16.089,66 €	5.041,95 €				
Outros activos correntes						
Caixa e seus equivalentes	2.532.691,46 €	3.218.994,02 €	1.048.104,84 €	6,67%	-21,32%	207,13%
TOTAL DE ACTIVOS CORRENTES	2.638.501,82 €	3.303.749,34 €	1.165.534,67 €	6,95%	-20,14%	183,45%
TOTAL DO ACTIVO	37.984.337,77 €	35.054.368,36 €	31.460.532,96 €	100,00%	8,36%	11,42%
PASSIVO						
PASSIVOS NÃO CORRENTES						
Endividamento	5.102.237,65 €	6.032.340,39 €	4.439.905,91 €	13,43%	-15,42%	35,87%
Credores diversos						
Provisões						
Outros passivos não correntes						
Passivos por impostos diferidos						
TOTAL DE PASSIVOS NÃO CORRENTES	5.102.237,65 €	6.032.340,39 €	4.439.905,91 €	13,43%	-15,42%	35,87%
PASSIVOS CORRENTES						
Endividamento	461.843,82 €			1,22%		
Fornecedores	1.122.518,02 €	514.941,63 €	302.131,59 €	2,96%	117,99%	70,44%
Credores diversos	434.766,56 €	261.660,56 €	123.824,31 €	1,14%	66,16%	111,32%
Estado e outros entes públicos	50.078,49 €	49.026,44 €	51.181,10 €			
Outros passivos correntes	11.240.135,25 €	8.774.211,98 €	8.023.246,59 €	29,59%	28,10%	9,36%
TOTAL DE PASSIVOS CORRENTES	13.309.342,14 €	9.599.840,61 €	8.500.383,59 €	35,04%	38,64%	12,93%
TOTAL DO PASSIVO	18.411.579,79 €	15.632.181,00 €	12.940.289,50 €	48,47%	17,78%	20,80%
CAPITAL PRÓPRIO						
Património	7.010.873,67 €	6.292.106,59 €	5.314.326,20 €	18,46%	11,42%	18,40%
Reservas legais	934.395,07 €	889.297,87 €	780.811,35 €		5,07%	13,89%
Subsídios	25.000,00 €	25.000,00 €	25.000,00 €			
Doações	334.553,97 €	334.553,97 €	334.553,97 €			
Resultado transitado	11.117.364,65 €	10.979.285,03 €	9.895.821,58 €		1,26%	10,95%
Resultado líquido exercício	150.570,62 €	901.943,90 €	2.169.730,36 €	0,40%	-83,31%	-58,43%
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	19.572.757,98 €	19.422.187,36 €	18.520.243,46 €	51,53%	0,78%	4,87%
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO	37.984.337,77 €	35.054.368,36 €	31.460.532,96 €	100,00%	8,36%	11,42%

Os maiores crescimentos verificaram-se nos ativos não correntes, designadamente na conta de imobilizações corpóreas que apresenta um aumento de 15,49%, em consequência da maior realização de investimentos em 2011 com repercussão no reconhecimento de ativos. Em contrapartida, os ativos correntes apresentam um decréscimo de 20,14%, que é sobretudo devido à redução no valor de disponibilidades



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

CÂMARA MUNICIPAL

verificado no encerramento do exercício, embora a rubrica continue a manter a necessária reserva estratégica de tesouraria destinada a satisfazer os encargos com os investimentos previstos para os exercícios próximos.

No Passivo as maiores divergências em relação ao ano anterior registam-se em Fornecedores, que inclui Fornecedores C/C e Fornecedores de Imobilizado, com um acréscimo de 117,99%, e em Credores diversos com um aumento de 66,16%. O Endividamento, pelo contrário, e em resultado do elevado valor suportado em amortizações de capital em dívida, apresentou uma redução de 15,42% face a 2010.

Importa salientar para este patamar de análise que os passivos correntes, relativos a credores diversos e fornecedores, refletem apenas o volume dos pagamentos em trânsito no final de cada exercício económico, sendo que o crescimento aqui verificado foi já objeto de explicações em capítulos anteriores do presente Relatório.

Apresenta-se em seguida a Demonstração de Resultados, segundo uma Estrutura de Proveitos e Custos, a qual permite enquadrar no presente Relatório alguns indicadores de análise considerados de maior relevância informativa.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

	VALORES			PONDERAÇÕES 2011	VARIACÕES	
	2011	2010	2009		2011 - 2010	2010 - 2009
Veúdas e Prestações de serviços	1.189.495,56 €	1.169.237,47 €	1.167.558,55 €	9,58%	1,73%	0,14%
Outros proveitos	-56.864,34 €	-121.331,25 €	-23.639,35 €	-0,46%	-53,13%	413,26%
Custos das mercadorias e dos subcontratos		-79.859,78 €	-83.199,51 €		-100,00%	-4,01%
Resultado Bruto	1.132.631,22 €	968.046,44 €	1.060.719,69 €	9,12%	17,00%	-8,74%
Fornecimentos e serviços externos	-5.322.391,68 €	-4.219.037,18 €	-4.013.377,08 €	42,87%	26,15%	5,12%
Custos com o pessoal	-3.968.272,75 €	-4.258.234,41 €	-4.136.433,47 €	31,97%	-6,81%	2,94%
Impostos e Taxas	3.450.644,91 €	3.236.956,86 €	3.115.731,24 €	27,80%	6,60%	3,89%
Transferências e subsídios obtidos	7.773.989,48 €	8.306.683,83 €	8.338.606,65 €	62,62%	-6,41%	-0,38%
Outros proveitos / (custos) operacionais	-1.136.580,88 €	-1.229.574,72 €	-952.956,68 €	-9,16%	7,56%	29,03%
	797.389,08 €	1.836.794,38 €	2.351.570,66 €	-6,42%	-56,59%	-21,89%
EBITDA	1.930.020,30 €	2.804.840,82 €	3.412.290,35 €	15,55%	-31,19%	-17,80%
Amortizações	-1.538.145,29 €	-1.337.939,43 €	-1.197.163,91 €	12,39%	14,96%	11,76%
Provisões						
	-1.538.145,29 €	-1.337.939,43 €	-1.197.163,91 €	12,39%	14,96%	11,76%
EBIT - Resultado operacional	391.875,01 €	1.466.901,39 €	2.215.126,44 €	3,16%	-73,29%	-33,78%
Proveitos e ganhos financeiros	811.505,85 €	446.604,99 €	742.438,99 €	6,54%	81,71%	-39,85%
Custos e perdas financeiras	-136.357,60 €	-64.866,77 €	-106.752,94 €	1,10%	110,21%	-39,24%
Resultado financeiro	675.148,25 €	381.738,22 €	635.686,05 €	-5,44%	-76,86%	39,95%
Proveitos e ganhos extraordinários	450.364,83 €	371.686,07 €	346.518,20 €	3,63%	21,17%	7,26%
Custos e perdas extraordinárias	-1.366.817,47 €	-1.318.381,78 €	-1.027.600,33 €	11,01%	3,67%	28,30%
Resultado de operações extraordinárias	-916.452,64 €	-946.695,71 €	-681.082,13 €	7,38%	3,19%	-39,00%
Imposto sobre o rendimento						
	-241.304,39 €	-564.957,49 €	-45.396,08 €	1,94%	57,29%	-1144,51%
Resultado líquido do exercício	150.570,62 €	901.943,90 €	2.169.730,36 €	1,21%	-83,31%	-58,43%

Desde logo, é de destacar que em 2011 ocorreu uma nova redução no Resultado Líquido do Exercício, que foi agora de 83,31% face ao exercício anterior, em coerência com o



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

crescimento negativo de 58,43% verificado no ano anterior relativamente a 2009. Ambos os percursos de descida contrastam com o ocorrido na comparação bienal entre 2009/2008, em que tinha havido um aumento de 13,84%, a que correspondeu o registo para o ano de 2009 de um RLE de 2.169.730,36 €.

Impõe-se, por isso, procurar algumas explicações para estes resultados. Antes de mais, este facto é mais uma vez uma consequência do pouco significativo aumento, ou mesmo redução, de algumas rubricas de proveitos, como Vendas e Prestações de Serviços, Impostos e taxas e Transferências e subsídios obtidos, mas, em maior escala, do crescimento acentuado de fornecimentos e serviços externos.

Veja-se no quadro anterior que as Vendas e Prestações de Serviços, por exemplo, tiveram um aumento de apenas 1.73%, confirmando a estagnação dos tarifários nos últimos anos, designadamente na parte da venda de água ao domicílio e prestação de serviços em saneamento básico em que os deficits tarifários se têm agravado mais.

Ao mesmo tempo a rubrica de Impostos e Taxas teve um aumento de apenas 6,60%, ou seja, de 213.688,05 € que, apesar da diferença positiva, fica longe de compensar o elevado aumento registado em Fornecimentos e Serviços Externos, cujo crescimento face a 2010 foi de cerca de 1,100 milhões de euros, isto é, de 26,15%. Menos desfavorável do lado dos custos foi a diminuição em quase 300 mil euros dos custos com Pessoal, na proporção de -6,81% que em 2010.

Outra das rubricas com resultado menos favorável do que em 2010 foi a das transferências e subsídios obtidos, que baixou 6,41%, no montante de 532.694,35 € o que, aliás, parece uma contradição relativamente ao que já havíamos afirmado anteriormente. Ou seja, sendo o ano de 2011 o melhor ano de sempre na arrecadação de valores em termos absolutos a título de transferências de capital, o normal seria que esta rubrica crescesse proporcionalmente na Demonstração de Resultados. Mas não é assim porque o registo em contabilidade patrimonial está subordinado ao princípio da especialização dos exercícios, segundo o qual, o reconhecimento dos proveitos e custos deve ocorrer no momento em que estes são obtidos ou incorridos, devendo ser incluídos nas demonstrações financeiras nos exatos períodos a que respeitam, independentemente do seu recebimento ou pagamento. Daí que o reconhecimento contabilístico dos financiamentos externos relativos a cada investimento só possa ocorrer na justa medida em que, para cada um dos investimentos, forem feitas as devidas amortizações, ou seja, ao longo da sua vida útil legal.

Aliás, a propósito de amortizações, pode também verificar-se que, antes do reconhecimento destas, o resultado operacional antes de amortizações e provisões (EBITDA) é de quase 2 milhões de euros (1.930.020,30 €), 31,19% menos do que em 2010, mas com uma redução muito menos expressiva do que a verificada no EBIT (Resultado operacional) que foi de -73,29%, ou também no Resultado Líquido do Exercício, que foi de -83,31%.

Logo, são determinantes para estas reduções desproporcionais, por um lado o elevado valor em amortizações registado em 2011, superior a 1,5 milhões de euros e que subiu quase 15% face ao valor homólogo de 2010 e também o elevado valor de custos e perdas

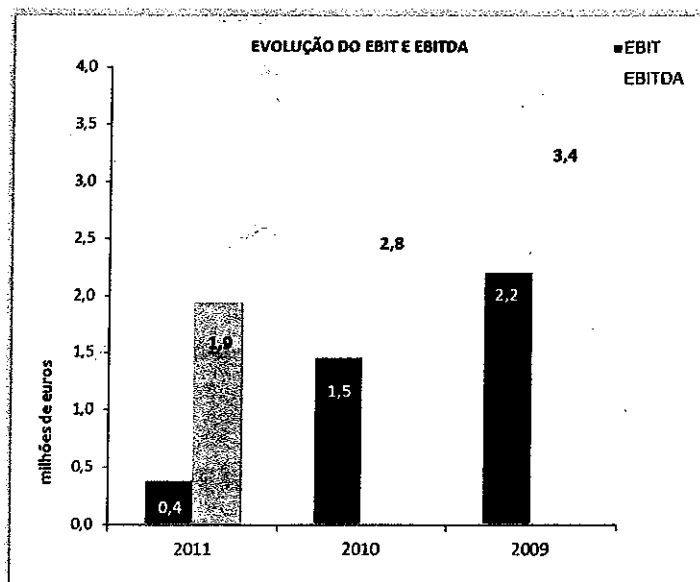


MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL CÂMARA MUNICIPAL

extraordinárias, de quase 1,4 milhões de euros, o qual concorre para o resultado negativo de operações extraordinárias de quase 1 milhão de euros. Este resultado é quase integralmente influenciado pelo volume de transferências de capital concedidas pela Câmara Municipal, quer as destinadas às freguesias, quer também as destinadas a entidades sem fins lucrativos para a realização de investimentos e que, de acordo com as normas em vigor para o POCAL, devem ser registadas como custos extraordinários. Por seu lado, as transferências correntes concedidas, designadamente as destinadas a funcionamento e atividades das diversas coletividades apoiadas pela Autarquia, são contabilizadas como custos operacionais, influenciando diretamente o EBITDA o que, pelo menos parcialmente, não é regra consensual.

Impõe-se, portanto, um progressivo esforço de aproximação das tarifas e preços praticados pelo Município aos reais custos incorridos com o fornecimento de bens e a satisfação dos respetivos serviços ou liberalidades, sem prejuízo da manutenção dos custos sociais de que o Executivo não se quer nem deve afastar, tanto mais perante as atuais condições económicas de uma parte significativa das nossas populações.

Tendo em conta a expressão proporcional de cada um dos itens face ao conjunto dos proveitos regulares que financiam a atividade do Município (Vendas e prestações de serviços + Impostos e taxas + Transferências e subsídios obtidos), observa-se mais uma vez uma clara preponderância da Conta 74 – Transferências e subsídios obtidos, não obstante o crescimento inferior ao dos anos anteriores, que é explicado não apenas pelas particularidades de registo contabilístico já atrás mencionadas, mas essencialmente pela redução no valor de transferências do Orçamento de Estado.



Os dados relativos ao EBITDA e ao EBIT são uma vez mais demonstrativos da insuficiente rentabilidade gerada pela atividade operacional municipal, tornando imperativas medidas que permitam melhorar a eficiência financeira da atividade dos serviços municipais.

O primeiro indicador (EBITDA), que não considera os custos registados com amortizações e provisões, sofreu uma diminuição de 31,19% face ao

ano de 2010, tendo este apresentado já um decréscimo de 17,80% face ao ano precedente.

Por seu lado, o EBIT ou Resultado Operacional registou uma diminuição de 33,78% no biénio 2010/2009 e que se agravou para 73,29% em 2011 pelas razões já antes aduzidas.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

O gráfico acima inscrito reflete precisamente a tendência de diminuição ao longo dos três últimos anos, quer num quer noutra indicador de resultados, permitindo concluir que os custos com a atividade operacional do Município não têm sido suficientemente acompanhados pela evolução nos proveitos operacionais, o que é explicável desde logo pelo elevado peso dos chamados custos sociais da atividade municipal, ou seja pelo valor significativo que assumem as prestações de serviços que beneficiam de isenção de taxas e preços em razão da natureza social das entidades requisitantes, incluindo também o esforço financeiro relativo ao apoio às entidades sem fins lucrativos, ou, ainda mais significativo, o diferencial entre o custo efetivo dos serviços e utilidades prestados e o valor cobrado como tributos desses serviços e utilidades.

Como forma de proporcionar uma análise mais pormenorizada quanto ao desempenho económico e financeiro do Município, apresenta-se agora o Balanço Funcional segundo a Estrutura do Banco de Portugal, refletindo a comparação entre Aplicações e Recursos, com vista à determinação do equilíbrio financeiro da entidade.

É visível, mais uma vez e de acordo com os parâmetros de análise deste indicador, o não cumprimento da Regra do Equilíbrio Financeiro, uma vez que o Fundo de Maneio é inferior a zero e agravou-se face ao registado no ano de 2010. Porém, este agravamento não resultou de um fator negativo ocorrido no decurso da atividade no ano de 2011, dado que é quase integralmente influenciado pelo aumento dos ativos não correntes.

Como já foi dito, convém não ignorar a natureza específica de uma autarquia, ou seja, de uma instituição cuja expressão do capital próprio não é equivalente à reconhecida pela generalidade das organizações, de tal modo que o capital próprio reconhecido e, designadamente o valor de património, não atinge uma expressão capaz de, conjuntamente com os recursos alheios estáveis, cobrir o valor de ativos não correntes.

Este é um problema recorrente, devido às persistentes dificuldades de identificação e valorização de todo o património municipal, e que por isso não se encontra completamente refletido nas demonstrações financeiras.

Se assim não fosse, a expressão do Fundo de Maneio seria diferente e revelaria outra face de uma situação que parecendo preocupante, não o é devido à natureza da instituição analisada.

A natureza específica da instituição é ainda visível por outras perspetivas, desde logo pelo indicador relacionado com as necessidades cíclicas de exploração, que são insignificantes, na medida em que a Câmara Municipal não tem um perfil de que resulte a necessidade de proporcionar um elevado crédito a clientes, que é, aliás, o único valor a contribuir para aquela soma, mas também pelo facto de não figurar nas demonstrações financeiras qualquer valor referente a Existências.

Em contraste, apresenta-se-nos um valor de tesouraria líquida superior a 2 milhões de euros, a qual é consequência, não apenas da obtenção de um valor bastante elevado de recursos de fundo de maneio, altamente influenciados pela conta de proveitos diferidos, ou seja, pelo valor de transferências de capital que só pode ir sendo reconhecido na mesma proporção do reconhecimento das amortizações relativas aos respetivos



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

CÂMARA MUNICIPAL

investimentos beneficiários dessas participações financeiras, mas também pelo significativo valor de disponibilidades que transitou em 31 de dezembro de 2011.

BALANÇO FUNCIONAL

	VALORES		PONDERAÇÕES	
	2011	2010	2011	2010
APLICAÇÕES				
1) Imobilizações de Exploração	11.391.139,51 €	9.863.452,23 €	29,99%	28,14%
2) + Outros activos estáveis	23.954.696,44 €	21.887.166,79 €	63,06%	62,44%
3) = ACTIVOS ESTÁVEIS (1+2)	35.345.835,95 €	31.750.619,02 €	93,05%	90,58%
4) Existências	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%
5) + Clientes	105.810,36 €	84.755,32 €	0,28%	0,24%
6) + Outros activos de exploração	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%
7) = NECESSIDADES CÍCLICAS DE EXPLORAÇÃO (4+5+6)	105.810,36 €	84.755,32 €	0,28%	0,24%
8) ACTIVO DE EXPLORAÇÃO (1+7)	11.496.949,87 €	9.948.207,55 €	30,27%	28,38%
9) Disponibilidades e outros títulos negociáveis	2.532.691,46 €	3.218.994,02 €	6,67%	9,18%
10) + Outros activos, excepto relacionados com exploração	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%
11) = TESOURARIA ACTIVA (9+10)	2.532.691,46 €	3.218.994,02 €	6,67%	9,18%
12) = TOTAL DAS APLICAÇÕES (3+7+11)	37.984.337,77 €	35.054.368,36 €	100,00%	100,00%
RECURSOS				
13) Capital próprio	19.572.757,98 €	19.422.187,36 €	51,53%	55,41%
14) + Total de amortizações e de provisões	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%
15) = RECURSOS PRÓPRIOS (13+14)	19.572.757,98 €	19.422.187,36 €	51,53%	55,41%
16) Emp. por obrigações e títulos de participação MLP	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%
17) + Dívidas a instituições de crédito MLP	5.102.237,65 €	6.032.340,39 €	13,43%	17,21%
18) + Outros credores, excepto relacionados com exploração	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%
19) = RECURSOS ALHEIOS ESTÁVEIS (16+17+18)	5.102.237,65 €	6.032.340,39 €	13,43%	17,21%
CAPITAIS PERMANENTES (15+19)				
20) Fornecedores	1.122.518,02 €	514.941,63 €	2,96%	1,47%
21) + Estado e outros Entes Públicos (a pagar)	50.078,49 €	49.026,44 €	0,13%	0,14%
22) + Outros credores de exploração	11.674.901,81 €	9.035.872,54 €	30,74%	25,78%
23) = RECURSOS CÍCLICOS DE EXPLORAÇÃO (20+21+22)	12.847.498,32 €	9.599.840,61 €	33,82%	27,39%
24) Dívidas a instituições de crédito CP	461.843,82 €	0,00 €	1,22%	0,00%
25) + Emp. por obrigações e títulos de participação CP	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%
26) + Outros passivos, excepto relacionados com exploração	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%
27) = TESOURARIA PASSIVA (24+25+26)	461.843,82 €	0,00 €	1,22%	0,00%
28) = TOTAL DOS RECURSOS (15+19+23+17)	37.984.337,77 €	35.054.368,36 €	100,00%	100,00%
EQUILÍBRIO FINANCEIRO				
29) FUNDO DE MANEIO (15+19-3)	-10.670.840,32 €	-6.296.091,27 €	-28,09%	-17,96%
30) NECESSIDADES (+)/ RECURSOS(-) DE F. MANEIO (7-23)	-12.741.687,96 €	-9.515.085,29 €		
31) TESOURARIA LÍQUIDA (11-27) ou (29-30)	2.070.847,64 €	3.218.994,02 €		
(3) ACTIVOS NÃO CORRENTES	35.345.835,95 €	31.750.619,02 €		
(7+11) ACTIVOS CORRENTES	2.638.501,82 €	3.303.749,34 €		
(12) TOTAL DO ACTIVO	37.984.337,77 €	35.054.368,36 €		
(13) CAPITAL PRÓPRIO	19.572.757,98 €	19.422.187,36 €		
(14+19) PASSIVOS NÃO CORRENTES	5.102.237,65 €	6.032.340,39 €		
(23+27) PASSIVOS CORRENTES	13.309.342,14 €	9.599.840,61 €		
(28-13) TOTAL DO PASSIVO	18.411.579,79 €	15.632.181,00 €		
(28) TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	37.984.337,77 €	35.054.368,36 €		

Dai que as principais diferenças relativamente ao ano de 2010 surjam sobretudo do aumento em mais de 1,5 milhões de euros de imobilizações corpóreas e em mais de 2 milhões de euros em outros ativos estáveis, que inclui os Bens de domínio público, cujo valor no ativo líquido já atingiu 23.442.916,43 €.

Para melhor conhecimento da situação global, apresenta-se igualmente um Quadro contendo a Análise de Rácios em que se procurará evidenciar outras situações que



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

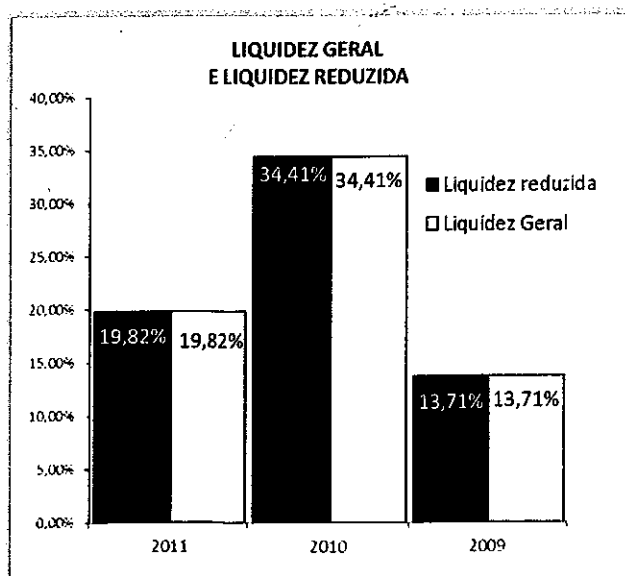
CÂMARA MUNICIPAL

conferem ao Município um especificidade real face à generalidade das instituições ou entidades, bem como algumas realidades que, independentemente da especificidade municipal, carecem de observação permanente por parte dos responsáveis pela gestão em exercícios futuros.

ANÁLISE DE RÁCIOS

Regra do Equilíbrio Financeiro:		2011	2010	2009	Var	Notas
		NÃO CUMPRE	Porque FUNDO DE MANEIO:			
		<ZERO				
RÁCIOS DE SITUAÇÃO FINANCEIRA DE CURTO PRAZO						
A	LIQUIDEZ					
A.1	Rácio de Liquidez Geral	19,82%	34,41%	13,71%	(-)	Liq. Deficitária
A.2	Rácio de Liquidez Reduzida	19,82%	34,41%	13,71%	(-)	Liq. Deficitária
A.3	Rácio de Liquidez Imediata	19,03%	33,53%	12,33%	(-)	
RÁCIOS DE SITUAÇÃO FINANCEIRA DE MÉDIO E LONGO PRAZO						
B.1	Período de Recuperação da Dívida	3,29	2,69	1,32	+	
B.2	Rácio de Endividamento	48,47%	44,59%	41,13%	+	
B.3	Rácio de Cobertura do Imobilizado	69,81%	80,17%	75,79%	(-)	
B.4	Rácio de Solvabilidade Total	106,31%	124,24%	143,12%	(-)	Solv. Ideal
B.5	Rácio de Autonomia Financeira	51,53%	55,41%	58,87%	(-)	
B.6	Rácio de Estrutura do Endividamento CP	72,29%	61,41%	65,69%	+	Endiv. CP Ideal
B.7	Rácio de Estrutura do Endividamento ML	27,71%	38,59%	34,31%	(-)	
B.8	Rácio de Cobertura dos Encargos Financeiros	426,43%	3543,47%	2467,58%	(-)	
RÁCIOS DE SITUAÇÃO ECONÓMICA						
C.1	Rentabilidade do Activo	0,40%	2,57%	6,90%	(-)	
C.2	Margem de Lucro Líquida	12,66%	77,14%	185,83%	(-)	
C.3	Rentabilidade do Capital Próprio	0,77%	4,64%	11,72%	(-)	
C.4	Rentabilidade Bruta das Vendas	12,66%	77,14%	185,83%	(-)	
RÁCIOS DE FUNCIONAMENTO						
E.1	Rotação do Activo	0,03	0,03	0,04	(-)	
E.2a	Rotação das Existências					
E.2b	Rotação das Capital Próprio	0,06	0,06	0,06	+	
E.2c	Rotação das Necess. Fundo de Maneio	-0,09	-0,12		+	
E.3a	PMA - Prazo Médio de Armazenamento	0,00	0,00	0,00	NULO	
E.3b	PMP - Prazo Médio de Pagamentos	62,99	35,73	22,21	+	
E.3c	PMR - Prazo Médio de Recebimentos	2,64	2,29	3,40	+	
F.1	m% MARGEM RELATIVA DE CONTRIBUIÇÃO	100,00%	93,17%	92,87%		
F.2	Vo* PONTO CRÍTICO OPERACIONAL	12.011.052 €	11.566.339 €	10.999.082 €	+	
F.3	Vt* PONTO CRÍTICO TOTAL	12.102.950 €	11.610.771 €	11.095.739 €	+	
F.4	MSO MARGEM DE SEGURANÇA OPERACIONAL	-909,76%	-889,22%	-842,06%	(-)	
F.5	GAO GRAU DE ALAVANCA OPERACIONAL	3,04	0,74	0,49	+	
F.6	GAF GRAU DE ALAVANCA FINANCEIRA	1,31	1,03	1,04	+	
F.7	GAC GRAU DE ALAVANCA COMBINADA	3,97	0,76	0,51	+	

Quanto à análise de liquidez e mantendo também neste contexto as referências já feitas anteriormente quanto à natureza especial da autarquia para efeitos da contabilidade patrimonial, é mais uma vez evidenciada uma situação de liquidez deficitária. A situação decorre mais uma vez do reduzido valor dos ativos correntes, dado que não existem habitualmente volumes significativos no saldo de clientes, mas também do já referido quanto ao valor de Outros passivos correntes, que inclui os Proveitos diferidos.

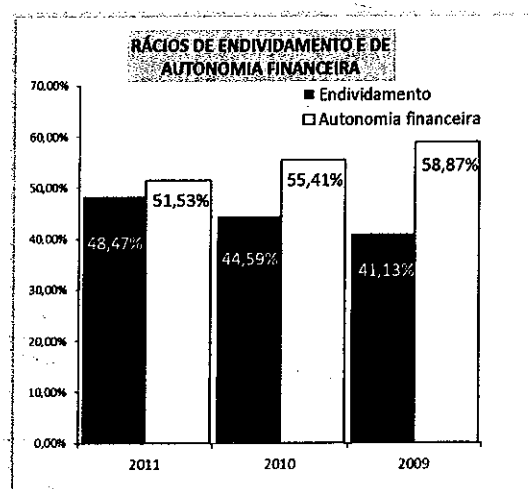
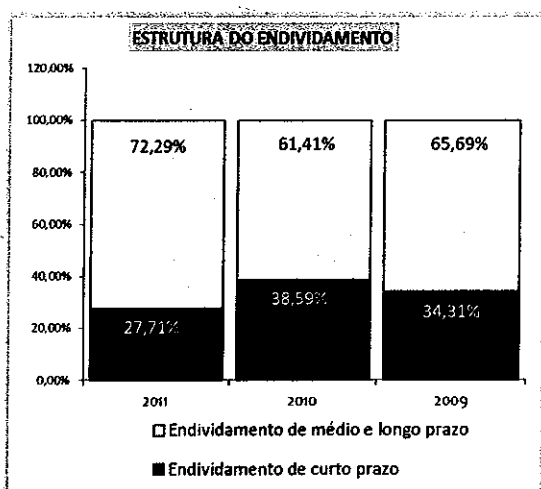




MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL CÂMARA MUNICIPAL

Como se pode observar, os rácios de liquidez ficam claramente abaixo dos valores considerados normais para Liquidez geral (entre 130 e 150%) e de Liquidez reduzida (entre 90 e 110%) mas, não fossem as circunstâncias acima referidas, e o comportamento seria idêntico ao das demais entidades na relação entre ativos correntes e passivos correntes e entre ativos correntes menos existências e passivos correntes. Por outro lado, a comparação com o ano de 2010 é desfavorável, quer devido ao considerável aumento dos proveitos diferidos, que também devido à ligeira diminuição do saldo de disponibilidades.

Mais uma vez se realça que não existe qualquer diferença entre a liquidez geral e a liquidez reduzida em virtude de não se encontrarem reconhecidos contabilisticamente quaisquer valores relativos a existências devido ao facto de ainda não estarem completamente reunidas as condições para a implementação da gestão de stocks.



Quanto aos indicadores relativos à análise de financiamento, volta a verificar-se uma situação de solvabilidade ideal com o Rácio de solvabilidade total, que evidencia uma relação de 1,06 de Capital Próprio face ao Passivo, ainda que, perante um comportamento de estagnação no Capital próprio (+ 0,78%), tenha havido um aumento de 17,78% no Passivo, tanto por causa dos proveitos diferidos, como por causa dos fornecedores e credores diversos.

Também em relação à Estrutura do endividamento se registam conclusões semelhantes às dos exercícios anteriores, em que é confirmada a existência de uma situação ideal de endividamento de curto prazo, na medida em que os Passivos correntes são superiores a metade do Passivo, atingindo 72,29%. Ao mesmo tempo, convém referir como significativo o rácio de autonomia financeira que, embora com uma ligeira tendência de decréscimo, esta é mais uma vez justificada pela relação desequilibrada entre a evolução anual dos ativos e do capital próprio. O rácio de endividamento é, aritmeticamente, inverso do valor anterior, pelo que qualquer comportamento diferente daquele se apresentaria no endividamento de forma inversamente proporcional.

No que diz respeito à análise de rentabilidade, importa referir como mais relevante a elevada diminuição da margem de lucro líquida e da rentabilidade bruta das vendas que,



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

no caso do Município, são equivalentes uma vez que não há subtração ao resultado bruto de qualquer valor a título de imposto sobre o rendimento.

Para melhor enquadramento dos valores obtidos, deve sublinhar-se que a ação do Município não é tida como uma atividade marcadamente lucrativa, embora uma parte dela o devesse ser, pelo menos em condições de não gerar perdas, tal como é determinado pela Lei das Finanças Locais, sem prejuízo da possibilidade de serem assumidos custos sociais. Além disso, não pode deixar de ser considerado para a análise destes dados tudo quanto já foi antes referido, quer quanto às razões que levaram à redução verificada no resultado líquido e à influência que neste têm outros fatores não relacionados com a tecnicamente entendida como atividade operacional, quer também quanto à evolução muito incipiente e materialmente irrelevante dos valores obtidos anualmente com Vendas e prestações de serviços, sendo que ambas as referências são determinantes para os rácios de margem de lucro líquida e rentabilidade bruta das vendas.

Não são relevantes os indicadores relativos à atividade devido à não consideração contabilística de alguns dados fundamentais para esse efeito, como é o caso das existências.

Significativa é também a margem de contribuição, que já atingiu o valor de 100%, e que é bem reveladora da enorme proporção de custos fixos relativamente ao volume de vendas e de prestações de serviços.

Deve ainda referir-se finalmente que a parte marcadamente não lucrativa da atividade autárquica, relativa aos investimentos, é muito mais representativa do movimento financeiro anual do Município do que aquela que determina a obtenção de proveitos reconhecíveis na Demonstração de Resultados. De tal modo que é nesta realidade que melhor podem ser enquadradas as perspetivas de análise de alguns dos indicadores menos favoráveis do desempenho ocorrido no exercício económico ao nível das demonstrações financeiras da ótica patrimonial, uma vez que a natureza política da entidade e a constante obrigação de ir satisfazendo as exigências das populações e suas organizações representativas ao nível dos pequenos ou grandes investimentos assim o obriga.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Não foi verificada a ocorrência de quaisquer factos relevantes após o encerramento do exercício que pudessem determinar a inclusão de notas de enquadramento ou explicativas no presente Relatório.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

Em conformidade com o que se encontra estabelecido pelo POCAL, a aplicação do Resultado Líquido do Exercício referente ao ano de 2011, no montante de 150.570,62 € (cento e cinquenta mil quinhentos e setenta euros e sessenta e dois cêntimos), deverá ser efetuada do seguinte modo:

- Reservas Legais na proporção de 5% do Resultado Líquido do Exercício, no montante de € 7.528,53 (sete mil quinhentos e vinte e oito euros e cinquenta e três cêntimos);
- Património, destinado a reforçar o Património até ao alcance do objetivo de correspondência com o Ativo Líquido, em 20%, de que resultaria um valor de 585.993,88 €. Uma vez que o valor do Resultado Líquido não permite uma aplicação deste montante, o património deverá ser reforçado no montante de € 143.042,09 (cento e quarenta e três mil, quarenta e dois euros e nove cêntimos);

Não haverá lugar à afetação de qualquer valor a Resultados Transitados, como remanescente, uma vez que o Resultado Líquido do Exercício fica totalmente aplicado na constituição de Reservas Legais e no reforço do Património.

CONCLUSÃO

São estes os comentários e esclarecimentos que se entendem como necessários à leitura e correta interpretação dos Documentos de Prestação de Contas relativos ao Exercício do ano de 2011, os quais se sujeitam à apreciação e votação da Câmara Municipal, para posterior apreciação por parte da Assembleia Municipal nos termos legais.

OLIVEIRA DO HOSPITAL, 12 de abril de 2011

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,

- José Carlos Alexandrino Mendes -